



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Cooperação para o Desenvolvimento

Desastres em Moçambique:
Uma Análise do Impacto dos Eventos Extremos da Natureza nas Dinâmicas de Género na Cidade e
Província de Maputo entre 2015 - 2020

Tutor: Luca Bussotti

Discente: Marta Silêsia Arnaldo Pedro Phiri

Maputo, 20 de Fevereiro de 2024

MARTA SILÊSIA ARNALDO PEDRO PHIRI

Desastres em Moçambique:

**Uma análise do impacto dos eventos extremos da natureza nas dinâmicas de Género na Cidade
Província de Maputo entre 2015 - 2020**

Dissertação apresentada com vista à
obtenção do grau de Mestre em Cooperação
e Desenvolvimento, na Faculdade de
Direito da Universidade Eduardo
Mondlane, sob a supervisão do Prof.
Doutor Luca Bussotti.

**FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
MAPUTO, 20 DE FEVEREIRO DE 2024**

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Eu, Marta Silésia Arnaldo Pedro Phiri, declaro que a presente dissertação cujo tema é **“Desastres em Moçambique: Uma análise do impacto dos eventos extremos da natureza nas dinâmicas de Género na Cidade e Província de Maputo entre 2015 - 2020”** é resultado da minha pesquisa e nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico em alguma Universidade.

Declaro ainda que todas as fontes de recolha de dados foram devidamente citadas no texto e na bibliografia que é parte integrante da presente dissertação.

MAPUTO, 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O autor

Marta Pedro Phiri

Agradecimentos

Dedico, em primeiro lugar, os meios mais singelos agradecimentos ao Deus Altíssimo por sua bondade e misericórdia em todo meu percurso.

Ao meu supervisor, por sua paciência e ajuda através das críticas construtivas para a realização de um trabalho científico com qualidade de acordo com os conhecimentos passados durante a academia.

Ao corpo docente do curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento, em particular o docente Tartaccione pelo seu incansável esforço em transmitir e ensinar matérias importantes para a elaboração, monitoria e avaliação de projectos de forme eloquente e efusiva. Bem hajam.

À minha família, em primeiro lugar agradecer aos meus pais pela base académica que ajudaram a construir. Em especial, a dedicação vai para meu esposo pela paciência, carinho e encorajamento em todo o processo. Que minhas meninas (Akeelah e Alannah) possam igualmente seguir os passos da mãe e fazerem muito mais.

Aos Comités Locais de Gestão de Calamidades visitados para as entrevistas, que deixaram seus afazeres para poder escutar-me, muito agradecida sou.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação com suas ideias, críticas, correções, vai o meu muito obrigado.

Resumo

A presente dissertação tem como objectivo estudar a correlação entre género e os desastres naturais, através da análise do impacto dos eventos extremos da natureza nas dinâmicas de Género na Cidade e Província de Maputo, no horizonte temporal compreendido entre os anos 2015 a 2020. Segundo as diferentes perspectivas teóricas que o texto aborda foi possível compreender sobre a importância da inclusão da narrativa de género na problemática das mudanças climáticas e desastres e a relação que homens e mulheres possuem com a natureza, num contexto em que a nível mundial estudos apontam que a frequência e a intensidade dos desastres irão aumentar exponencialmente, afectando cada vez mais os meios de sobrevivência das pessoas.

Este estudo privilegiou a combinação da pesquisa bibliográfica com a pesquisa de campo, materializada através da abordagem qualitativa de análise dos dados e de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a testemunhas-chave, seleccionadas de acordo com o tema do estudo, destacando em particular os membros dos Comités Locais de Gestão de Desastres. A pesquisa testou duas hipóteses nomeadamente: (1) os choques relacionados ao clima afectam mais negativamente mulheres e crianças se comparado ao impacto registado nos homens e (2) as mulheres são pouco envolvidas nos processos de tomada de decisão na gestão e redução do risco dos desastres, como resultado da organização social local, característica do Sul de Moçambique. E no final a pesquisa concluiu que os desastres, afectam as dinâmicas de Género, tendo impactos no bem-estar social e económico de homens e mulheres de forma diferente, de acordo com o seu contexto social, político, económico, cultural e que podem ser agravados se não se olhar para a questão de vulnerabilidade e necessidades de cada sexo de forma separada. E as mulheres são consideradas as mais afectadas devido à construção cultural e papéis sociais como cuidadora do lar e dos familiares, bem como o reduzido acesso e controle dos recursos.

Palavras-chave: Género, Desastres, Mudanças Climáticas

Abstract

The current dissertation aims to study the correlation between gender and natural disasters, through the analysis of the impact of extreme natural events on gender dynamics in the City and Province of Maputo, between 2015 to 2020. According to different theoretical perspectives that the text addresses, it was possible to understand about the importance of including the gender narrative in the climate change and disasters problematic, and the relationship that men and women have with nature, in a context in which worldwide studies indicate that the frequency and the intensity of these disasters will increase exponentially, increasingly affecting people's livelihoods.

This study underlines the combination of bibliographical research with field study, materialized through a qualitative approach to data analysis and semi-structured interviews carried out with key witnesses, selected according to the thematic area of the study, highlighting in particular the members of the Local Committees of Disaster Management. The research tested two hypotheses specifically: (1) climate-related shocks affect women and children more negatively compared to the impact recorded on men and (2) women are less involved in decision-making processes in risk management and reduction of disasters, as a result of local social organization, characteristic of Southern Mozambique. And in the end, the research concluded that disasters affect gender dynamics, having impacts on the social and economic well-being of men and women differently, according to their social, political, economic, cultural context and that can be worsened if we do not look at the issue of vulnerability and needs of each sex separately. And women seem to be the most affected because of the cultural and social roles as caregivers and the lack access to and control of assets.

Keywords: Gender, disasters, climate change

Lista de abreviaturas

COP21 – Conferências das Nações Unidas para a Mudança Climática

CLGRC - Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades

DRARP – Projecto para a Recuperação da Seca e Resiliência Agrícola

ENAMMC - Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas

INGC - Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRP – Plataforma Internacional para a Reconstrução

HIV/SIDA – Virus da Imunodeficiência Humana

HFA - Quadro de Acção de Hyogo 2005-2015

MICOA - Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

PDRRD - Plano Director para a Redução do Risco de Desastres (2017 - 2030),

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PQG - Plano Quinquenal do Governo

UNISDR – Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres

RNV – Relatório Nacional Voluntário

UNFCCC – Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

WHO – World Health Organization

Lista de figuras e quadros

Figuras

Figura 1: Divisão Administrativa do país

Figura 2: Visão Histórica dos Desastres (1980-2016) (INGC, 2009)

Figura 3: Tendência dos Desastres em Moçambique (INGC, 2009)

Quadros

Quadro 1: Factores contribuintes à vulnerabilidade

Quadro 2: População total por sexo

Quadro 3: População por área de residência

Quadro 4: Taxa de alfabetismo e analfabetismo por área de residência e por sexo

Quadro 5: Resumo de dados sociais

Quadro 6: Quadro resumo do impacto dos desastres em particular para as mulheres

Quadro 7: Matriz de Género da região do estudo

ÍNDICE

CAPÍTULO I.....	10
I. INTRODUÇÃO	10
1.1. Contextualização.....	11
1.2. Justificativa da escolha do tema.....	12
1.3. Identificação do Problema.....	13
1.4. Objectivos.....	14
1.4.1. Objectivo Geral.....	14
1.4.2. Objectivos Específicos.....	14
1.5. Hipóteses do Trabalho	14
1.6. Estrutura do Trabalho	14
CAPÍTULO II	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1. REVISÃO DA LITERATURA	20
a. O estudo dos Desastres nas ciências sociais.....	20
2.2. Conclusão sobre as Teorias.....	23
CAPÍTULO III	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
CAPÍTULO IV.....	38
4. QUADRO LEGAL E NORMATIVO SOBRE A GESTÃO DE DESASTRES E PERFIL DE GÊNERO EM MOÇAMBIQUE.....	38
4.1. A GESTÃO DE DESASTRES NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.....	38
a. Situação Geográfica	38
b. Riscos Climáticos.....	40
c. Tendência Histórica dos Desastres (Período 1980 - 2019).....	41
4.2. SITUAÇÃO DE GÊNERO NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.....	45
a. Perfil de Género no país.....	45
b. Alguns indicadores demográficos sociais do país.....	46
CAPÍTULO V	55
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	55
CAPÍTULO VI.....	71
6. INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	71
II. CONCLUSÃO.....	75
III.BIBLIOGRAFIA E APÊNDICE.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

CAPÍTULO I

I. INTRODUÇÃO

Moçambique é considerado um dos países mais vulnerável às mudanças climáticas e desastres a nível mundial, estando na terceira posição em África. Essa vulnerabilidade está por um lado ligada à sua posição geográfica, com uma vasta costa junto do Oceano Índico, com mais de 2700km de extensão e, por outro, por possuir zonas com extrema aridez que desafiam as perspectivas de desenvolvimento de certas comunidades¹.

Esta vulnerabilidade a cada ano aumentará não só em termos de intensidade, assim como de frequência, e com impactos na variação dos padrões de temperatura e precipitação e aumento do nível das águas do mar, afectando as diferentes regiões do país. Os Ciclones Idai e Kenneth que devastaram as regiões Centro e Norte de Moçambique, entre os meses de Março e Abril de 2019, foram exemplo disso, tendo estes dois afectados cerca de 2,5 milhões de pessoas, com mais de 600 mortos.

Ao longo dos tempos e da história da humanidade, o homem foi moldando a sua relação com a natureza, passando de uma situação de total submissão e aceitação dos fenómenos a uma visão totalmente dominada pela tecnologia e pela ideia de poder controlar a natureza (Tominaga et al, 2009). Foi na perspectiva de controlo da natureza que após as cheias de 2000, o Governo de Moçambique decidiu definir a gestão de desastres como um dos pilares para o seu desenvolvimento, através da adopção de uma abordagem proactiva em relação aos eventos extremos da natureza. Assim, foi reforçado o quadro legal e das instituições que respondem sobre o assunto, bem como o aumento da resiliência das comunidades e infraestruturas, através da sensibilização e passagem de conhecimentos sobre como fazer a gestão de desastres, com medidas de prevenção e mitigação dos seus impactos².

Entretanto, os eventos extremos relacionados ao clima, não possuem repercussões apenas no desenvolvimento nacional: elas têm impacto dramático na vida da população mais desfavorecida, homens e mulheres que vivem em áreas mais expostas aos riscos relacionados com o clima e que têm capacidade limitada para lidar com os seus efeitos. E estes impactos não atingem homens e mulheres da mesma forma, uma vez que as responsabilidades, necessidades e interesses variam de acordo com a construção social de cada comunidade. Segundo estudos realizados pelas Nações Unidas “em caso de ocorrência de desastres, mulheres, crianças e idosos são 14 vezes mais propensos que os homens a

¹ INGC. (2009). Synthesis report. INGC Climate Change Report: Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique. [Van Logchem B and Brito R (ed.)]. INGC, Mozambique; pp.: 1

² INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017; pp: 9

morrer devido aos desastres”³. Este facto está relacionado com as estruturas de poder previamente estabelecidas na comunidade, com o acesso e controlo dos recursos, e da informação sobre a ocorrência do evento; pelo facto de as mulheres serem cuidadoras das crianças e idosos, elas não conseguem abandonar as zonas de risco com muita facilidade ⁴.

É neste contexto que surge este trabalho, que tem como objectivo principal de Analisar o Impacto dos Eventos Extremos da Natureza nas Dinâmicas de Género na Cidade e Província de Maputo entre os anos de 2015 – 2020. Ele apresentará os instrumentos legais e normativos sobre a redução do risco de desastres no país e sobre género, tentando perceber a relação entre os dois campos; por outro lado procurará perceber como é que os desastres influenciam nas dinâmicas de género previamente estabelecidas nas comunidades.

O trabalho foi realizado através de um estudo qualitativo, levado a cabo essencialmente através da análise de dados e de recolha de informação por meio de entrevistas junto a algumas comunidades da Cidade e Província de Maputo que sofreram com inundações urbanas, assim como com secas prolongadas. As comunidades foram escolhidas tendo em conta o trabalho da Entidade Reguladora de Desastres. Tal entidade se serve dos Comitês Locais de Gestão de Calamidades, que são o braço directo do Governo na ajuda à sensibilização das comunidades através de actividades de prevenção e mitigação dos desastres.

1.1. Contextualização

Nas sociedades, homens e mulheres desempenham determinados papéis e possuem necessidades específicas. Assim, a definição das actividades, os valores e as crenças são considerados um dos elementos importantes para perceber como é que homens e mulheres preparam-se, reagem e reconstrõem-se durante a ocorrência de um desastre, sendo que muitos estudos reconhecem a importância das diferenças sociais como factor crucial e decisivo da vulnerabilidade das pessoas⁵.

As mudanças climáticas e os desastres afectam as pessoas de formas diferentes, de acordo com o seu contexto económico, cultural e social e os programas de redução do risco de desastres que olham para actividades no global sem se preocupar com as necessidades específicas de cada sexo ter maior propensão a exacerbar as desigualdades de Género já existentes na sociedade. Esta forma de

³SILVA, Julia P., Samora, Patricia R. (2019). O papel da mulher na prevenção de desastres ambientais: Experiências internacionais e sua aplicabilidade ao contexto brasileiro. Anais XVIII ENANPUR 2019. <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>; pp.: 5

⁴ UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. Estratégia Internacional para Redução de Desastres, 2012. O desastre sob o enfoque de novas lentes: para cada efeito, uma causa. São Paulo, CARE Brasil; pp.:

⁵ DJOUDI, Houria et al (2016). Beyond dichotomies: Gender and intersecting inequalities in climate change studies Source: *Ambio*, 2016, Vol. 45, Supplement 3: Gender perspectives in resilience, vulnerability and adaptation to global environmental change. Published by: Springer on behalf of Royal Swedish Academy of Sciences Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/45134606> pp.:S248-S262

abordagem pode deixar metade da população em desvantagem, uma vez que as diferenças de género não estão sendo consideradas⁶.

A nível internacional, a questão de Género tem-se tornado mais evidente nas agendas globais sobre a Redução do Risco de Desastres como resultado da percepção de que os riscos associados ao clima não discriminam as pessoas e que as desigualdades de Género continuam sendo um desafio para o desenvolvimento inclusivo e sustentável⁷. Em 2015, foi definida a nível global a Agenda 2030, constituída por 17 Objectivos de desenvolvimento sustentável. Nesta agenda o número 5 é relativo ao alcance da igualdade de género e empoderamento de mulheres e meninas até 2030. Este objectivo visa acabar com a discriminação e a violência contra as mulheres, busca pela igualdade de oportunidades e de tomada de decisão, de direitos aos recursos económicos e fortalecimento de políticas sólidas⁸.

Em Moçambique, considerando a importância comprovada da promoção de uma política pública de prevenção de desastres que tenha como um de seus objectivos a integração do género em seus planos e programas de actividades, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, elaborou um plano estratégico com o objectivo de reforçar a sua capacidade no processo de integração de género na gestão de risco de desastres e na adaptação às mudanças do clima⁹.

É olhando para este contexto da crescente preocupação do casamento entre os desastres e as dinâmicas de género que surge este trabalho de pesquisa. Ele apresenta uma análise sobre a relação entre os conceitos de desastres e Género, seus impactos na dinâmica social ou de Género existentes em algumas comunidades da Cidade e Província de Maputo, se assumirmos que os desastres não discriminam entre os sexos, mas a forma como são sentidos seus impactos dependem do contexto onde eles ocorrem.

1.2. Justificativa da escolha do tema

O tema **“Desastres em Moçambique: Uma Análise do Impacto dos Eventos Extremos da Natureza nas Dinâmicas de Género na Cidade e Província de Maputo entre 2015 - 2020”** afigura-se importante, devido a sua complexidade social inserida na percepção de que os desastres que exponencialmente vêm ganhando espaço nas agendas internacionais e do país, em especial, têm

⁶ IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) (2005) - The Guidance Notes on Recovery: Gender. p.17

⁷MOURO, Higor Henrique (2017). Género e Ambiente: Reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental - Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. p. 37

⁸ UN-ISDR - International Strategy for Disaster Reduction (2009). Terminology on Disaster Risk Reduction. Disponível em <http://www.unisdr.org>.

⁹ INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2016). Plano Estratégico de Género do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2016 – 2020). A caminho das Mudanças nas Relações de Género. Moçambique. p. 7

afectado homens, mulheres e crianças de forma diferente, dependendo da sua situação cultural, social e económica.

Por outro lado, esta é uma matéria de Cooperação Internacional na qual países ao redor do mundo reafirmaram através de diversos acordos e compromissos o seu comprometimento para a Redução do Risco de Desastres, olhando para o contributo primordial da equidade de Género para o alcance deste desiderato.

A nível científico, este trabalho pretende dar mais um contributo aos demais estudos existentes no país que versam sobre o Género, Mudanças Climáticas e Desastres. E segundo, porque estudos apontam que a frequência e intensidade dos eventos climáticos irá aumentar exponencialmente, havendo assim necessidade de estudar qual o impacto que os mesmos causam nas pessoas de maneira diferenciada, ajudando na elaboração de políticas públicas inclusivas e sensíveis a população mais vulnerável.

A escolha da Cidade e Província de Maputo deve-se às suas características, que pela sua natureza abarcam diversos tipos de desastres: as secas que são de acção lenta, os ciclones e inundações urbanas que são de acção rápida. Igualmente, foram escolhidas devido à homogeneidade de sua população, com um número considerável de pessoas alfabetizadas sendo que se assume que possam conhecer mais as questões ligadas a género e desastres.

1.3. Identificação do Problema

No mundo, o aumento da ocorrência de fenómenos extremos ligados a variabilidade climática, tem provocado danos irreversíveis e afectado de forma diferenciada grupos sociais, classes, Géneros e etnias, aumentando as desigualdades sociais já existentes e deixando os mais vulneráveis em situações mais difíceis¹⁰.

A capacidade de adaptação de homens e mulheres em situação de desastres dependem do contexto económico, socio cultural, o acesso e controlo dos recursos e do conhecimento de seus direitos e responsabilidades. Bem assim, o efeito combinado dessas diferenças e das desigualdades significa que homens e mulheres enfrentam diferentes tipos e níveis de exposição aos impactos dos desastres, sendo que os estereótipos, os valores e crenças podem contribuir para aumentar as diferenças de género. No caso das mulheres, o papel social atribuído a elas como responsáveis pelo cuidado da família, muitas vezes é apontado como um dos factores para que sejam as mais vulneráveis e afectadas pelos

¹⁰ GOH, A.H.X. (2012). A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. CAPRi Working Paper No. 106. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/CAPRiWP106>. p. 1-3

desastres¹¹ Por outro lado, as autoridades não reconhecem as diferenças de Género em relação às situações de desastres, fazendo com que as intervenções sejam feitas olhando para a população como um todo na comunidade, sem distinções de Género¹².

Olhando para este pensamento, esta pesquisa tem como questões:

- I. Como é que os factores sociais, culturais e económicos influenciam a maneira como homens e mulheres são afectados pelos desastres na Cidade e Província de Maputo?

Questão complementar:

- II. Até que ponto as mulheres se sentem integradas nos processos de Gestão e Redução do Risco de Desastres?

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo Geral

- I. Analisar o impacto dos eventos extremos da natureza nas dinâmicas de Género na Cidade e Província de Maputo entre 2015 - 2020

1.4.2. Objectivos Específicos

- II. Identificar as principais áreas onde homens e mulheres são afectados pelos desastres;
- III. Analisar os impactos dos eventos extremos na vida das mulheres e raparigas;
- IV. Identificar como é que os mecanismos de gestão de desastres no país tomam em consideração as diferenças sociais entre homens e mulheres;
- V. Analisar como a Cooperação Internacional tem influenciado na melhoria dos instrumentos de gestão de desastres olhando a componente de inclusão de género no país;

1.5. Hipóteses do Trabalho

Este trabalho, propõe-se a testar duas hipóteses:

H1: Os choques relacionados ao clima afectam mais negativamente mulheres e crianças em comparação aos homens;

H2: As mulheres são pouco envolvidas nos processos de tomada de decisão na gestão e redução do risco dos desastres, como resultado da organização social local característica do Sul de Moçambique;

1.6. Estrutura do Trabalho

¹¹ FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli (2010). Construção de uma agenda para as questões de género, desastres socioambientais e desenvolvimento - The construction of an agenda concerning gender, socio-environmental disasters, and development, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 892

¹² GOH, A.H.X. (2012). p. 3

O presente trabalho encontra – se estruturado em 06 capítulos. O primeiro apresenta a introdução com a devida contextualização, a justificativa para a escolha do tema, a identificação do problema, os objectivos que a pesquisa pretende alcançar e as hipóteses de pesquisa. O segundo apresenta o referencial teórico, a fundamentação teórica, a revisão da literatura e a definição dos principais conceitos de pesquisa.

O terceiro apresenta os procedimentos metodológicos para o alcance dos objectivos do estudo, nomeadamente, o tipo de pesquisa, a amostragem, os métodos de colecta de dados, a descrição genérica das comunidades em estudo e as ferramentas para a recolha, análise e interpretação dos dados.

O quarto capítulo debruçar-se-a sobre o quadro legal e normativo sobre a gestão de desastres e perfil de Género em Moçambique, apresentando a situação de desastres no país, principais riscos climáticos, a sua tendência histórica e o perfil de género e suas causas. O quinto capítulo centrou-se na apresentação, interpretação dos resultados do trabalho de campo e, o sexto apresenta a discussão dos resultados da pesquisa.

Depois apresentam-se as conclusões da dissertação e as referências bibliográficas, anexos que incluem o perfil da Cidade e Província de Maputo (localização e população) e guião de entrevistas.

CAPÍTULO II

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho baseia-se na clarificação e percepção dos conceitos de Género e de Desastres e a sua interconexão. O estudo resulta das observações de Neumayer e Plumper (2007)¹³ de que em 141 países susceptíveis a ocorrência de desastres no mundo, em média, mais mulheres do que homens morrem por causa deles, particularmente em países onde elas têm situação social, econômica e política pior do que os homens¹⁴.

A discussão sobre as questões de género e meio ambiente é fruto de diversas correntes teóricas, que foram ganhando força como resultado dos movimentos feministas no campo ambiental e ecológico, como resposta aos problemas ambientais das sociedades modernas. De acordo com Rico (1998, 20)¹⁵ existem três grandes áreas de estudos que interligam as temáticas de género e o ambiente. Elas são: a teoria ecofeminista, a teoria centrada na mulher e no ambiente e uma última que relaciona género, ambiente e desenvolvimento sustentável.

A teoria ecofeminista, defende a ideia de que a mulher e a natureza partilham uma ligação, derivada do processo cultural e de atributos biológicos, que a tornam mais sensível ao ambiente e para defender as questões ecológicas. A teoria centrada na mulher e no ambiente advoga que o que dá suporte à defesa da inclusão da mulher nos programas e políticas ambientais é o potencial papel dela como gestora dos recursos naturais no seu dia-a-dia. E por último, a teoria que relaciona género, ambiente e desenvolvimento sustentável, sustenta o seu pensamento em três vertentes: divisão sexual do trabalho, desigualdade de género, desafios da participação e decisão das mulheres nos espaços públicos. Esta última abordagem, vêm com uma pequena mudança do paradigma pois deixa de apenas focar-se na mulher para focar nas relações sociais, através da perspectiva de género (MOURO, 2017)¹⁶.

Olhando para a diversa literatura sobre o assunto em estudo, esta pesquisa baseiou-se em duas teorias: a Teoria de Género, Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Teoria da Ecologia Política Feminista.

¹³ NEUMAYER, Eric and Plumper, Thomas (2007) The gendered nature of natural disasters: the impact of catastrophic events on the gender gap in life expectancy, 1981–2002. *Annals of the Association of American Geographers*;

¹⁴UNDP and IUCN (2009). *Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines*, Geneva, Switzerland, June 2009. P. 35

¹⁵ RICO, Maria. 1998. “Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo”. Documento técnico No. 25, serie Mujer y Desarrollo, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL). Acesso em Maio de 2017. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/5867-género-medio-ambiente-sustentabilidad-desarrollo>. p.14

¹⁶MOURO, Higor Henrique (2017). *Género e Ambiente: Reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental - Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos*. p. 15

a. Perspectiva de Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Muito antes da década de 80, diversos movimentos ecologistas e feministas começaram a desenvolver posturas que mostravam a oposição da exclusão das mulheres nas políticas ambientais. A corrente Género, Meio Ambiente e Desenvolvimento, surge neste mesmo período, inserida na linha do pensamento sobre “Mulheres em Desenvolvimento” e fortemente influenciada pelo pensamento ecofeminista. Elas têm como tema central da sua tese a ideia de que a inclusão da participação das mulheres como administradoras e usuárias dos recursos deve estar contemplada durante o desenho e implementação de políticas e programas de desenvolvimento¹⁷.

Esta teoria, centra a sua análise na ideia de que as mulheres possuem uma “afinidade especial com a natureza”, trazendo ao de cima o importante papel que elas desempenham na gestão dos recursos como resultado da prática das suas actividades quotidianas e tendo a natureza como seu principal aliado para a sua sobrevivência e de sua família¹⁸.

A abordagem das teorias ecofeministas, mesmo com diferentes interpretações, acaba se conectando pelo facto de defender que a mulher e a natureza possuem uma interligação, derivada de um processo cultural e biológico, como resultado do papel de reprodução feminina incumbido desde os primórdios da formação da terra. Assim, as mulheres se tornam mais sensíveis sobre os assuntos ecológicos e de meio ambiente, uma vez que as alterações da natureza representam maior ameaça para elas, devido às funções que elas desempenham, quer seja na busca e uso de plantas medicinais para a cura de várias doenças, quer seja no plantio e coleta de água para a família¹⁹.

Esta teoria, assim como a teoria ecofeminista, ajudam a perceber a relação que as mulheres possuem com o meio ambiente, mostrando semelhanças nos objectivos e metas dos actuais movimentos feministas e ambientalistas (Agarwal, 1991)²⁰.

Contudo, a teoria apresenta uma limitação pelo facto de concentrar-se no papel das mulheres dentro da natureza e deixando de lado o estudo da relação das dinâmicas de Género sob o meio ambiente, tentando perceber como tanto homens como mulheres interagem com o meio ambiente e qual o impacto que advém com as mudanças nos padrões do meio ambiente.

Assim, Hernandez²¹, apresenta 3 críticas principais:

¹⁷HERNÁNDEZ, Carmen Osorio (2010). “Género e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável”. In: Ambiente y Desarrollo, Bogotá (Colombia), Vol. XIV N. 26. p. 24

¹⁸*Ibid.* p. 24

¹⁹MOURO, Higor Henrique (2017). Género e Ambiente: Reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental - Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. p. 25-27

²⁰ Agarwal, B. (1991). The gender and environment debate: Lessons from India. *Feminist Studies*. p. 119-158

1. Esta teoria está ligada à questão da grupagem das mulheres, o que significa que, em especial nos países em desenvolvimento a mulher é considerada de forma homogênea, sem olhar para as diferenças sociais, econômicas, étnicas e de raça;
2. A teoria foca-se principalmente na divisão sexual do trabalho e no papel fundamental das mulheres, ignorando a relação das dinâmicas de Género na análise sobre o meio ambiente;
3. Finalmente, a sua análise sobre o meio ambiente é questionável, uma vez que não leva em consideração os princípios do modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, segundo os quais as políticas de desenvolvimento é que definem as normas institucionais que orientam a implementação de projectos da área do ambiente;

b. Teoria ecologia política feminista

Na década de 90, como resultado das diversas críticas à teoria de género, meio ambiente e desenvolvimento surgem outras teorias que vêm complementar as pesquisas de estudo nesta área. Assim, destacam-se as teorias: ambientalismo feminista (Agarwal, 1991), a ecologia política feminista (Rocheleau, 1995)²² e a microeconomia política (Leach, 1995)²³.

Para fins do presente trabalho, far-se-a destaque a Teoria da Ecologia Política Feminista sob a influência de Rocheleau, Thomas-Slayter e Wangari²⁴. De acordo com estes autores, esta teoria procura perceber a forma pela qual geram-se e desenvolvem-se os diferentes interesses sobre o meio ambiente, afirmando que existem diferenças de género nas experiências da natureza e uma responsabilidade pelo meio ambiente que não provém da biologia, mas das construções sociais de género que são pré-estabelecidas na sociedade. Para eles as mulheres têm sido activas não por causa de alguma relação natural com o meio ambiente, mas porque sofreram mais com a destruição ambiental de maneiras específicas de género.

Ainda, os autores concordam sobre a necessidade de se fazer uma análise acerca da identificação e a participação dos diferentes actores sociais que intervêm na determinação do uso e gestão dos recursos, assim como a respeito das relações de poder implícitas no uso, na percepção e no controle destes recursos.

²¹ HERNÁNDEZ, Carmen Osorio (2010). “Género e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável”. In: *Ambiente y Desarrollo*, Bogotá (Colombia), Vol. XIV N. 26. p. 25

²² ROCHELEAU, Dianne et al. *FEMINIST POLITICAL ECOLOGY: Global Issues and Local Experiences.*, (eds) London and New York: Routledge, 1996. xviii, 327 pp. Reviewed by Helen Ross, Centre for Resource and Environmental Studies, Australian National University, Canberra. *Journal of Political Ecology* Vol.4 1997. Barbara Thomas- Slayter and Esther Wangari p.21

²³ LEACH, M., Joekes, S. & Green, C. (1995). Gender relations an environmental change. *IDS Bulletin*.

²⁴ ROCHELEAU, Dianne et al. *FEMINIST POLITICAL ECOLOGY: Global Issues and Local Experiences.*, Barbara Thomas- Slayter and Esther Wangari (eds) London and New York: Routledge, 1996. xviii, 327 pp. Reviewed by Helen Ross, Centre for Resource and Environmental Studies, Australian National University, Canberra. *Journal of Political Ecology* Vol.4 1997; p.21

Esta teoria apresenta uma oportunidade para se perceber as relações de poder que moldam o ambiente através da análise de Género. Através dos seus inúmeros exemplos buscados de vários países, a teoria apresenta uma visão mais ampla e múltipla de olhar as relações de Género e o seu envolvimento com as questões ambientais, embora existam especificidades ligadas a cada contexto e realidade de cada comunidade. Assim, os autores descrevem quatro pontos essenciais como base na teoria²⁵:

- (1) O reconhecimento da interconexão de toda a vida e a relevância das relações de poder incluindo as relações de género na tomada de decisões sobre o meio ambiente;
- (2) O questionamento sobre a ligação entre o progresso tecnológico e o domínio da natureza;
- (3) O reconhecimento das ideologias que moldam as relações entre género, conhecimento, meio ambiente e desenvolvimento, especialmente aqueles formulados em contextos de sistemas patriarcais e que criam acesso de género às informações, conhecimentos, recursos e tecnologias para melhorar os meios de subsistência; e
- (4) As abordagens de diferentes posições estruturais ocupadas por homens e mulheres, no qual o homem apresenta uma tendência a se especializar e as mulheres tentando buscar seu espaço através da sua integração nas actividades económicas e de gestão de recursos.

As teorias feministas, através das suas diversas perspectivas, deram uma grande contribuição para a compreensão e explicação da relação de homens e mulheres, em particular mulheres na natureza. Todavia, conforme advoga Velasquez 2003²⁶, assim como alguns outros autores, o grande problema da maioria das teorias feministas em quase todos os campos de estudo, reside no facto de olharem aos diferentes contextos de forma homogénea, sem tentar perceber que as sociedades possuem formas diferentes de sobrevivência, que as dinâmicas de Género podem ditar papéis diferentes entre homens e mulheres durante o processo de produção, acesso e gestão de recursos e que as relações de poder podem se apresentar de forma diferente de região para região (Hernández, 2010).

Por outro lado, segundo De Tilio²⁷, o conceito género não é uniforme dentre as variadas perspectivas teóricas. Pelo contrário este conceito é de grande questionamento, debates e disputas. Este conceito muitas vezes é confundido com mulher ou sexo. No entanto, ele se refere a papéis socialmente definidos, atitudes, comportamentos, actividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriada para homens ou para mulheres. O termo Género se difere do termo sexo. O sexo tem a ver com características biológicas ou psicológicas de homens e mulheres enquanto que Género está

²⁵ *Ibidem*; p. 23

²⁶VELÁSQUEZ, M. (2003). Hacia la construcción de la sustentabilidad social: ambiente relaciones de Género y unidades domésticas. En E. Tuñón (Coord.), Género y Medio Ambiente. México: Plaza y Valdés. p. 79-105

²⁷ DE TILIO, Rafael, (2014). Teorias de género: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, E-mail: rafaeldetilio.uftm@gmail.com. p. 127 -134

relacionado com a masculinidade ou feminidade pré-definidas pelas sociedades e/ou cultura. O corpo de homens e mulheres, por ser natural, biológica e anatomicamente diferente, resulta em características psicológicas, sociais e comportamentais diferenciadas.

A diferença biológica dos sexos define os rígidos papéis de Género e de vivência da sexualidade, sendo as mulheres consideradas mães, cuidadoras por excelência, portadoras de um instinto materno, e os homens por serem viris e proativos por natureza, são considerados protectores da família e com dever de sustentar o lar (Badinter, 1993)²⁸.

Para Hernandez (2010), a discriminação entre os sexos não se encontra pré-determinada biologicamente, nem enraizada na constituição do corpo humano, mas ela é socialmente construída.

Entretanto, olhando para as críticas das principais correntes da década de 80, surge na década de 90, como forma de reforçar e contornar algumas ideias ainda não claras, a corrente denominada Género, ambiente e desenvolvimento sustentável, que para além de olhar nas questões anteriores inclui a componente de sustentabilidade das acções e salienta o papel das relações sociais nos debates sobre a população e segurança alimentar. Aqui há que enfatizar que o Desenvolvimento Sustentável deve ser entendido como “*aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações poderem satisfazer suas próprias necessidades*”²⁹, partindo da análise dos problemas socioeconômicos e ecológicos de uma sociedade em escala global, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política.

2.1. REVISÃO DA LITERATURA

a. O estudo dos Desastres nas ciências sociais

As questões ligadas aos desastres não foram sempre vistas como uma área de estudo científico, nem mesmo uma área de estudo das ciências sociais. O primeiro estudo sistemático foi desenvolvido em 1917 pelo sociólogo canadense Samuel Prince, através da análise dos impactos das mudanças sociais causadas pelo desastre tecnológico que envolveu dois navios e ocasionou uma explosão deixando mais de dez mil mortos e feridos³⁰.

Mas foi em 1956, que o antropólogo Anthony Wallace, trouxe a forte ligação entre os temas desastres e ciências sociais. Sua atenção, estava virada para as “...mudanças de personalidade e de saúde mental como resultado da experiência causada pelo estresse e trauma decorrente de uma situação anómala no seu meio ambiente e como é que as mudanças culturais eram impulsionadas pelas catástrofes, tendo

²⁸*Ibid*; pp.: 128

²⁹ HERNÁNDEZ, Carmen Osorio (2010). “Género e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável”. In: Ambiente y Desarrollo, Bogotá (Colombia), Vol. XIV N. 26. p. 18

³⁰ MARCHEZINI, Victor (2018). As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção, acesso 05 de Setembro de 2020. p.45

considerado, No seu modelo analítico, os desastres como processos que possuem dimensões espaço – temporais, permitindo a análise comparativa entre os diversos casos de estudos...”³¹.

Entretanto, foi a partir da década de 1990, que as questões ambientais passaram a ser tratadas pelo ideário neoliberal³² como sendo ligadas à economia e ao desenvolvimento das sociedades. Segundo este posicionamento, as decisões tomadas com o máximo de racionalidade e economia dos meios por si só garantiriam o bem-estar dos ecossistemas (Acsehrad et al., 2008)³³. Todavia, a realidade mostrou que os benefícios de um dito desenvolvimento sempre concentram-se nas mãos de poucos, sendo os riscos ambientais transferidos para os mais pobres. É este o caso da transferência das indústrias mais poluentes aos países em desenvolvimento, onde o controle ambiental seria menor e as populações, teoricamente, aceitariam mais facilmente os efeitos negativos da degradação ambiental (Silva et al 2019. p.3).

Assim, os grupos sociais mais pobres, levados a habitar em locais considerados ambientalmente vulneráveis, são os mais atingidos pelos desastres como resultado da aplicação deste modelo de modernização ecológica que deixa de lado a dimensão social do desenvolvimento.

É dessa desproporcionalidade dos riscos ambientais socialmente induzidos que surge a discussão sobre a questão da injustiça ambiental como resultado da constatação de que os riscos ambientais afectam de forma diferenciada as identidades socioculturais hierarquizadas em decorrência de classes sociais, de questões étnico-raciais e de género. Diversos autores constataram que sobre estas “minorias – os mais desfavorecidos” recai a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos³⁴ pois existe uma coincidência entre incidência de desastres e local de moradia destas populações (Silvia et al, 2019).

Ademais, na abordagem das teorias sobre Género e ambiente, os desastres relacionados com o clima podem ter impactos imediatos ou de longo termo que afectam de forma diferente os homens e as mulheres dependendo do seu estado físico, humano, capital social, e das formas de acesso a recursos nas várias dimensões sociais, económicas e cultural³⁵.

Nesta senda, o impacto imediato dos desastres sobre os indivíduos é determinado pela sua capacidade de tomada de decisão após a emissão de avisos de alertas sobre desastres. Por exemplo, segundo alguns estudos, realizados em particular depois da passagem dos ciclones IDAI e Kenneth³⁶,

³¹ *Ibidem*. p.: 46

³² O ideário neoliberal, defende a ideia da liberdade dos mercados através da redução da participação do Estado na economia, redução dos impostos e a privatização das empresas estatais. Ele está voltado para o apoio ao capitalismo e o favorecimento da economia privada.

³³ MARCHEZINI, Victor (2018). As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. P.54

³⁴ *Ibidem*. p.54

³⁵ FREITAS, R. de Carvalho Martinelli (2010). Construção de uma agenda para as questões de género, desastres socioambientais e desenvolvimento - The construction of an agenda concerning gender, socio-environmental disasters, and development; Universidade Federal de Santa Catarina. p.: 892

³⁶ Ciclones que devastaram algumas regiões do Centro e Norte de Moçambique, no ano de 2019.

reportaram que os sistemas de aviso prévio sobre desastres foram emitidos através dos órgãos de comunicação como a televisão, rádio ou telefones celulares, no entanto, estes meios são mais frequentemente usados por homens do que por mulheres (RNV 2020). Contudo, o papel das crianças foi considerado de igual modo primordial pois alertaram suas famílias (mães) sobre o possível evento³⁷.

Mas por outro lado, pode-se dizer que as normas culturais também podem impedir que as mulheres se movam livremente durante os momentos de desastre. Seus papéis como cuidadoras e mães levam a que, quando um fenômeno rápido como um ciclone ocorre, as mulheres colocam a segurança de seus filhos e pessoas ao seu cuidado antes de sua própria sobrevivência. E é neste contexto que Patt, Dazé e Suarez (2009)³⁸ sugerem que as mulheres tendem a priorizar o bem dos outros muito mais do que os homens. Eles também descrevem que o maior conhecimento das mulheres sobre os laços sociais permite que elas demonstrem maior cooperação e altruísmo com a comunidade, podendo sofrer os efeitos de desastres mais do que os homens. Tal circunstância encontra as suas razões não apenas porque os factores culturais as colocam e as mantêm em perigo, mas porque elas próprias optam por priorizar a saúde e a segurança dos outros.

Ainda, segundo Patt, Dazé e Suarez (2009)³⁹ os papéis diferenciados de género nem sempre resultam em maiores perdas para as mulheres. Porém, para o contexto moçambicano é um pouco difícil quantificar em termos de perdas humanas quem é mais afectado pelos desastres, devido à fragilidade da base de dados que não é apresentada de forma desagregada. Mas, em termos de impactos no bem-estar económico e social, através dos estudos de pobreza indicam que os impactos negativos dos desastres e dos efeitos nefastos das mudanças climáticas afectam sobre grande medida o universo feminino, cuja capacidade para se reerguer é menor que a dos homens, tanto emocionalmente assim como financeiramente⁴⁰.

As ciências sociais têm muito a contribuir para o estudo sobre prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação dos desastres⁴¹. É através do reconhecimento desta importância que por via de acordos internacionais não vinculativos quer por diversas agências das Nações Unidas e outras organizações (Ex.: Marco de Acção de Sendai (2015) e Acordo de Paris (2015) que recomendou-se a urgência de promoção de descobertas científicas que olhassem para a resolução dos desafios de

³⁷ RNV (2020). Relatório Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Governo de Moçambique. p.: 64

³⁸ PATT, A. G., A. Dazé, and P. Suarez. 2009. Gender and climate change vulnerability: What's the problem, what's the solution? In *Distributional impacts of climate change and disasters: Concepts and cases*, M. Ruth, M. E. Ibarraran, eds. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ GOH, A.H.X. (2012). A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. CAPRI Working Paper No. 106. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/CAPRIWP106>; p.16

⁴¹ MARCHEZINI, Victor (2018). *As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção*. p. 61

desenvolvimento, observando a redução de perdas tanto humanas como infraestruturais causadas ao longo do tempo pelas alterações resultantes das mudanças climáticas⁴².

Estas agências, recomendam igualmente que os estudos sobre a ocorrência de desastres devem estar coadjuvados com o envolvimento das comunidades para garantir que haja clareza no papel que as instituições desempenham, esclarecendo qual é o comportamento das pessoas durante as fases de prevenção, preparação, resposta e reconstrução antes, durante e após a ocorrência de um desastre.

2.2. Conclusão sobre as Teorias

Segundo as teorias apresentadas neste texto, pode-se afirmar que há o consenso de que os eventos do meio ambiente afectam de forma diferenciada o bem-estar de homens e mulheres. Contudo, os impactos são mais negativos para as mulheres, e as evidências mostram que esses impactos não são limitados, regulares, dependendo do contexto onde ocorrem estes fenómenos.

Para GOH (2012) muitos dos estudos realizados sobre a relação entre as questões de Género e os Desastres oferecem informações não muito surpreendentes e são amplamente consistentes com a suposição de que os desastres afectam ambos sexos de forma diferente: as mulheres são em muitos casos as que tendem a sofrer mais negativamente em termos económicos, de bem-estar social e cultural. No entanto, apesar de as evidências mostrarem o acima exposto, o que não se pode pôr de lado é que existem algumas excepções ao padrão, pois os homens também podem sofrer impactos muito negativos como resultado dos desastres. Estes, por serem considerados os provedores da família sofrem psicologicamente por não poder cuidar dos seus da forma que gostariam; muitas vezes as mulheres são capazes de invocar normas culturais que responsabilizem os homens pela segurança alimentar das famílias e pela perda de seus recursos.

Por outra perspectiva, Demetriades e Esplen (2008⁴³) alertam que as mulheres não podem ser tratadas como um grupo monolítico quando se trata da análise da vulnerabilidade aos desastres. Alguns autores acabam incorrendo a erros devido a tendências de analisar as mulheres como um grupo homogêneo ao nível de todo mundo e catalogando-as as mais pobres devido às mudanças climáticas.

Contudo, é difícil perceber e comparar os diferentes impactos sofridos por mulheres e homens durante a ocorrência de desastres, ou mesmo entender se há alguma diferença, porque as literaturas se concentram mais nas mulheres (e menos nos homens) ou com base em dados e observações que não foram desagregados por sexo GOH (2012). Este mesmo autor, aponta para a necessidade fundamental

⁴² 27. SILVA, Julia P., Samora, Patricia R. (2019). O papel da mulher na prevenção de desastres ambientais: Experiências internacionais e sua aplicabilidade ao contexto brasileiro. Anais XVIII ENANPUR 2019. <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>; p. 2

⁴³ Demetriades, J., and E. Esplen. 2008. The gender dimensions of poverty and climate change adaptation. IDS Bulletin, encontrando em https://www.ipcc.ch › apps › srex › njlite_download; pp.: 39 (4): 24–31

de estudos sistemáticos e empíricos sobre como as mudanças climáticas impactam mulheres e homens, separadamente e em conjunto, em termos de suas vulnerabilidades, bem-estar e bens, e também para entender os factores contextuais que mediam esses impactos e as respostas que se seguem desse processo.

Os diversos movimentos feministas permitem por um lado perceber como homens e mulheres interagem com o meio ambiente, mas por outro lado, visam diminuir algumas desigualdades de género, e contribuir para uma sociedade mais sustentável que reduza a opressão que o patriarcado exerce sobre a mulher e a natureza.

2.3. Principais Conceitos chave

a. Género

"... conceito género refere-se aos papéis socialmente construídos, comportamentos, actividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres. As relações de género variam e mudam numa mesma sociedade de acordo com outras categorias sociais, tais como raça, classe, idade, orientação sexual, etnia e religião. Estes factores não agem de forma independente e criam um sistema que reflecte o "cruzamento" de múltiplas formas de discriminação. As discussões sobre as relações de género não abrangem apenas a análise da distribuição de recursos e poder entre homens e mulheres, mas também a análise sobre as desigualdades entre as outras categorias sociais." (MGCAS, 2016)

b. Desastres

Quando os fenómenos atingem áreas ou regiões habitadas pelo homem, causando-lhe danos, passam a se chamar de desastres. O conceito adoptado pelas UNISDR⁴⁴ (2009) “*considera desastre como uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo perdas humanas, materiais, económicas ou ambientais de grande magnitude, cujos impactos excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afectada de arcar com seus próprios recursos*”⁴⁵.

Segundo INGC⁴⁶, no seu Plano Director para a Redução do Risco de Desastres, desastre é a “*grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a uma ou mais das seguintes perdas e impactos: humanos, materiais, económicos e ambientais*”.

⁴⁴UNISDR, UNDP and IUCN (2009). Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines, Geneva, Switzerland, June 2009. p. 130

⁴⁵TOMINAGA, L., Santoro, J., Amaral, R. (2009). Desastres: conhecer para prevenir – São Paulo - Instituto Geológico. p.13

⁴⁶INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017. p.36

A avaliação da intensidade dos desastres é muito importante para facilitar a planificação da resposta e da recuperação da área atingida. As acções e os recursos necessários para socorro às vítimas dependem da intensidade dos danos e prejuízos provocados (Tominaga et al, 2009).

CAPÍTULO III

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação utilizou o método monográfico de pesquisa, combinando a pesquisa bibliográfica com a pesquisa de campo. O método monográfico tem a vantagem de respeitar a *“totalidade solidária dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos”*⁵⁰.

A pesquisa de campo usada foi de natureza qualitativa que de acordo com Denzin e Lincoln (2006⁵¹), envolve uma abordagem interpretativa do objecto estudado. Isto significa que o pesquisador durante o seu estudo tentou perceber os fenómenos em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles. Ao definir a abordagem qualitativa Minayo (1994) nos trás que: *“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”*⁵².

Por se tratar de um estudo que compreendeu a análise aprofundada sobre pessoas ou grupos para perceber o porquê do acontecimento de um dado fenómeno, Bryman (1992⁵³) defende a ideia de que uma estratégia de pesquisa qualitativa é mais indicada para a análise de fenómenos sociais, e, portanto, mais alinhada às Ciências Sociais, já que seus praticantes poderão estar mais próximos às pessoas que estão investigando e ficarão menos propensos a lhes impor estruturas conceituais impróprias.

A pesquisa de campo permitiu um encontro mais directo com as comunidades em estudo, onde foi possível recolher informação mais concreta e compreender as dinâmicas históricas da evolução dos factos ligados ao estudo de caso, no qual acredita-se que mulheres mais do que homens sofrem e morrem devido a desastres.

Através do método qualitativo, foi possível compreender a interação entre a ocorrência de Desastres com as dinâmicas de Género num todo e na Cidade e Província de Maputo, em particular. Ela procurou relatar as vivências e experiências de homens e mulheres em relação à sua visão sobre as mudanças que vêm acontecendo no clima e até que ponto estas mudanças têm impactado suas vidas e exacerbado ou não as relações de poder na comunidade.

⁵⁰ RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; Francisca Luseni Machado Marques. Métodos de Pesquisa, 2009. p.108

⁵¹ DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.18

⁵²MOURO, Higor Henrique (2017). Género e Ambiente: Reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental - Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. p. 18

⁵³ BRYMAN, Alan. Quantity and quality in social research. London: Routledge, 1992.

Para a realização do trabalho, usou-se a amostra não probabilística que segundo Mattar (2007⁵⁴), é aquela em que a selecção dos elementos que compõem a população a ser entrevistada depende em grande medida da percepção do pesquisador ou do entrevistador do campo.

Em relação aos instrumentos usados para a recolha e tratamento dos dados, foi usada a entrevista semi-estruturada, quer de tipo individual, quer de tipo colectivo (focus-group), como se explica melhor abaixo.

Assim, a pesquisa de campo baseou-se na visita aos Distritos Municipais de Kambukwana e KaMavota na Cidade de Maputo e nos Distritos de Boane, Matutuíne e Namaacha na província de Maputo. Estes Distritos da Cidade de Maputo são caracterizados por períodos de inundações urbanas dentro do período chuvoso e desequilíbrio hídrico que causa escassez de algumas culturas em machambas urbanas. Para os Distritos da Província de Maputo, como resultado do agravamento das condições climáticas nessas regiões, elas são caracterizadas pela escassez de precipitação, causando desequilíbrio hídrico para a prática da agricultura, vivenciando quase todos os anos períodos de seca extrema e cheias em algumas bacias durante a época chuvosa⁵⁵.

Nestes pontos, foram realizados encontros com informantes-chave, entre os quais os líderes locais e trabalhos através de discussão de grupos com os Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) que são voluntários das comunidades locais e que ajudam a disseminar e sensibilizar a população sobre as medidas de adaptação às mudanças climáticas e aos desastres⁵⁶. Igualmente, usou-se a entrevista individual, como uma importante ferramenta para perceber melhor de cada pessoa suas experiências com os desastres e como têm lidado com esse fenómeno olhando para a componente do Género.

Um dos grandes desafios encontrados para a realização deste trabalho, é que ele foi elaborado durante a prevalência da pandemia da Covid 19, o que dificultou, por um lado, o acesso às bibliotecas para a recolha de informação e, por outro, às instituições ou partes interessadas para recolha de dados e de subsídios importantes para dar seguimento ao trabalho.

No mesmo diapasão, um outro grande constrangimento durante as entrevistas aos Comités esteve relacionado com a questão da fala e escrita na língua portuguesa, o que obrigou ao entrevistador a optar pelas discussões em grupo e preenchimento de uma única ficha, pois maior parte dos integrantes dos grupos não sabiam ler nem escrever.

⁵⁴ MATTAR, Fauze Nagib. Pesquisa de marketing. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

⁵⁵ Drought Recovery and Agriculture Resilience Project (DRARP) (2017). Implementado por INGC com apoio do Banco Africano de Desenvolvimento. p. 1

⁵⁶ INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017. p. 13

Igualmente, como resultado das medidas de contenção da pandemia, os Comitês Locais de Gestão de Calamidades reduziram as suas reuniões de capacitação e revitalização fazendo com que a parte das entrevistas se tornasse um pouco mais difícil.

Por outro lado, as limitações financeiras da investigadora não permitiram uma presença prolongada nos locais de estudo e grande abrangência das pessoas a serem entrevistadas.

No entanto, a persistência da investigadora permitiu com que os poucos recursos existentes, quer para deslocação aos pontos para realizar as entrevistas, quer para a impressão dos documentos necessários, usando meios próprios para realizar o estudo em alusão, tendo chegado às conclusões que aqui serão apresentadas.

3.1. Descrição das comunidades em estudo

O presente estudo foi desenvolvido na Cidade e Província de Maputo. Estas duas Províncias, pela sua localização geográfica, são afectadas por eventos extremos como cheias, ciclones, secas e inundações entre outros de origem natural ou resultantes da acção humana.

A Cidade de Maputo que é a Capital do País, localiza-se na região Sul, com altitude média de 47 metros, estando a Oeste da Baía de Maputo, no Estuário do Espírito Santo, onde desaguam os rios Tembe, o Umbeluzi, o Matola e o Infulene. Os limites da Província encontram-se entre as latitudes 25° 49' 09" S (extremo norte) e 26° 05' 23" S (extremo sul) e as longitudes 33° 00' 00" E (extremo leste - considerada a ilha de Inhaca) e 32° 26' 15" E (extremo oeste)⁵⁷.

Possui uma área de 346,77 Km², que tem como limites: o Distrito de Marracuene, a Norte, o Município da Matola, a noroeste e Oeste, o Distrito de Boane, a Oeste e o Distrito de Matutuíne, ao Sul pertencentes à Província de Maputo.

A região apresenta um clima tropical seco, sendo que o período mais quente do ano vai de Novembro a Abril e o mais frio vai de Maio a Outubro e a queda de precipitação ocorre maioritariamente no período mais quente.

A Cidade de Maputo, não é só a capital política do país, mas também é o ponto nevrálgico em termos de infraestruturas, actividades económicas e de índole comercial, educação, saúde e outros ramos ligados ao desenvolvimento do país. E, não obstante, concentrar apenas cerca de 5,4% da população total do país, a Cidade de Maputo é responsável por um PIB per capita de cerca de 4,6 vezes superior à média nacional⁵⁸, sendo os sectores do comércio, transporte, comunicações e indústria manufactureira

⁵⁷ Acessado em <https://www.cmaputo.gov.mz/por>, no dia 01 de Novembro de 2021

⁵⁸ Mosca, João, Apontamentos sobre a estrutura do PIB de Moçambique, Destaque Rural nº 120, 04 de Junho de 2021, acessado em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Destaque-Rural-120-Apontamentos-sobre-a-estrutura-do-PIB-.pdf> no dia 01 de Novembro de 2021

as mais significativas. Os principais produtos agrícolas do Município de Maputo são: alface, couve, abóbora, alho, cebola, batata-doce, mandioca, repolho, tomate, cenoura, feijão, milho, amendoim, beterraba e pimento⁵⁹.

Segundo o INE (2019)⁶⁰, os indicadores demográficos da Cidade de Maputo, apresentavam o seguinte: a percentagem da população economicamente activa era de 50,6%, agregados familiares com acesso a energia eléctrica, 94,5%, agregados familiares com fonte de água segura 98,5%, a esperança de vida ao nascer 62,6%, a taxa de analfabetismo 7%, taxa de mortalidade infantil 47%, taxa bruta de mortalidade 9,2%, taxa de natalidade 23,8% e a taxa de fecundidade com 2,7%. Não obstante, estes dados se comparados às restantes Províncias do País, o Município de Maputo encontra-se em boa posição em muitas destas áreas apresentadas acima.

Na Cidade de Maputo, o estudo foi realizado nas regiões com problemas de inundações e alagamentos urbanos, de acordo com a indicação do Instituto Nacional de Gestão de Desastres. Nessas regiões, a maioria da população é considerada de renda baixa em muitos dos seus bairros, com problemas graves de saneamento devido às construções desordenadas ou fecho dos caminhos da passagem das águas. Para as populações de renda média vivendo nesses mesmos bairros a sua capacidade de adaptação e de melhoria de tipo de construção os permite que esta situação não os afecte da mesma forma.

No que concerne a Província de Maputo, esta é a mais meridional das Províncias do país. Sua capital é a Cidade de Matola, que está situada a apenas de 10 km a oeste da Cidade de Maputo. Possui uma área de 22.693 km², e dividido em 8 Distritos, nomeadamente: Boane, Magude, Manhiça, Marracuene, Matola, Matutuíne, Moamba e Namaacha. Destes, 4 foram constituídos em Municípios, nomeadamente: Boane, Manhiça, Matola e Namaacha⁶¹.

É a província com a menor área e menos Distritos, mas que desde 2017, possui a maior densidade populacional, com 96,2 habitantes por km².

Em relação aos factores climáticos, a província de Maputo é caracterizada por baixas altitudes, e extensas planícies aluvionares com cotas inferiores a 100m, nas zonas costeiras. À medida que se afasta da costa, para Oeste, aparecem pequenas elevações entre 200 e 400m, até que as cotas se elevam bruscamente nos Montes Libombos (que se estendem no sentido Norte-Sul e marcam a fronteira com a África do Sul), atingindo o seu ponto mais alto de cerca de 800m no Monte Mponduíne. Possui três bacias hidrográficas importantes: rio Maputo, Umbeluzi e Incomati, sendo estes a continuação das bacias localizadas na África do Sul e Reino de Eswatine⁶².

⁵⁹ Acessado em <https://www.cmaputo.gov.mz/por> no dia 01 de Novembro de 2021

⁶⁰ Boletim de Estatísticas Demográficas e Sociais, Maputo Cidade 2019

⁶¹ Portal do Governo da Província de Maputo acessado em www.pmaputo.gov.mz

⁶² *Ibidem*.

Nas 2 Províncias, habitam cerca de 3,430,464, perfazendo o total de 21% da população moçambicana. A região metropolitana do Grande Maputo (cidade de Maputo e Matola) é que possui maior aglomerado populacional⁶³.

Uma grande parte da população da Província de Maputo, vive em zonas rurais onde o sistema agrícola de conservação, totalmente dependente da climatologia é a sua fonte de sustento. Como resultado do clima inóspito, a região é igualmente assolada por vários tipos de doenças relacionadas ao tipo de clima na região em especial a desnutrição crónica, a malária entre outros⁶⁴. Nesta província, o estudo, foi realizado nas regiões consideradas vulneráveis à seca, caracterizadas por uma precipitação média anual muito baixa, inferior a 500mm⁶⁵.

No geral, nas duas Províncias, os níveis de analfabetismo são altos e as mulheres são responsáveis por 80% do trabalho doméstico e familiar, concentrando-se na produção agrícola, recolha de lenha para a cozinha e busca de água também para a cozinha e higiene familiar, mas também participam activamente na conservação da natureza, pecuária, conservação e comércio do excedente agrícola.

Os homens são responsáveis por actividades que garantam o sustento da família. E é devido à procura de melhores condições de vida que desde a era colonial, a região é caracterizada por imigração de homens para trabalhar nas minas da República da África do Sul, na Swazilândia e mesmo a procura de melhores condições de vida na Cidade de Maputo, fazendo com que as responsabilidades femininas em relação à provisão familiar e cuidado com os filhos aumentem exponencialmente⁶⁶.

E como resultado desta imigração as mulheres desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, nutricional e na economia familiar, participando activamente na produção agropecuária, na conservação, processamento, armazenamento e comercialização de alimentos, colecta de água e lenha para as actividades domésticas como resultado da sua responsabilidade de garantir a nutrição familiar. Por outro lado, umas das particularidades dominante nestas regiões, estão ligadas às relações de poder e os papéis diferenciados de Género nessas comunidades, caracterizado pela dominância da linhagem patrilínea com predominância da prática do “lobolo”, que perpetua a submissão da mulher em relação ao homem⁶⁷.

Um exemplo está ligado à questão do acesso e controle dos recursos que ainda é caracterizado pelo estilo patriarcal. Mesmo com a imigração masculina para outras regiões, as mulheres beneficiam do acesso, mas não o controle dos recursos e outros direitos de propriedade, uma vez que os homens continuam a tomar decisões sobre como os recursos são usados e alocados dentro das famílias.

⁶³ Acessado a <http://www.ine.gov.mz/noticias/populacao-mocambicana-para-2021> no dia 15 de Agosto de 2021

⁶⁴ INGD 2010: Guião para a Gestão do Desenvolvimento das zonas áridas e semiáridas de Moçambique

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Chambe, M. A. G. Chales (2016). O acesso, posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do distrito de Inharrime, Brasília. p.47

⁶⁷ *Ibidem*. p. 75 - 78

Tradicionalmente, os membros da família do sexo masculino sempre tiveram preferência na herança o que perpetua a vulnerabilidade feminina.

Na mesma senda, sendo uma sociedade predominantemente patrilinear, em muitas situações as expectativas dos pais e das comunidades sobre o papel das raparigas e da mulher, perpetuam as diferenças negativas de género dentro da comunidade. Em casos de ocorrência de seca, por exemplo, raparigas vêm se obrigadas a abandonar a escola para ajudar as mães nos trabalhos domésticos, quer seja em casa para ajudar a cozinhar e a cuidar dos irmãos mais novos, quer seja através da ida para a colecta de água e lenha para a família. Ou por outro lado, as meninas são prometidas aos homens que trabalham nas minas em troca de dinheiro para alimentar a família perpetuando a pobreza e exclusão social⁶⁸.

As actividades primárias praticadas nas duas regiões dependem fortemente da queda de precipitação, que vêm sendo cada vez mais irregular e reduzida ao longo dos tempos. Esta dependência das chuvas é apontada como sendo um dos principais factores que levaram a índices alarmantes de insegurança alimentar e nutricional que afectou milhões de pessoas durante os anos de 2015 a 2018 ou 2019⁶⁹.

Foi através da seca registada nesses anos, que o Governo lançou um apelo aos Parceiros Internacionais para ajudar a minimizar os efeitos desta. Assim, como resposta a esse apelo, o Banco Africano de Desenvolvimento, em parceria com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, criou o projecto “Resiliência climática e recuperação a seca” que tinha o objectivo de fortalecer a capacidade das comunidades rurais para responder as questões relacionadas com mudanças climáticas, pobreza rural, insegurança alimentar e degradação do solo. O projecto estava previsto para 5 anos, de 2018 a 2022, nos Distritos de Magude e Matutuíne na Província de Maputo e Distritos de Chigubo e Chibuto na Província de Gaza⁷⁰.

No que tange às questões de Género, devido às especificidades da própria região, este projecto preconizava igualmente trabalhar com mulheres vulneráveis, permitindo que estas pudessem sentir os efeitos directos da implementação do projecto nas suas áreas de residência. Foram criadas actividades que permitiram o aumento da produção e conseqüente melhoria da dieta alimentar.

No contexto da Gestão dos desastres, foram criados Comités Locais de Gestão de Calamidades (CLGRC), para ajudar o Governo a implementar actividades de prevenção e mitigação dos desastres dentro das comunidades.

⁶⁸ *Ibidem.* p. 65 - 69

⁶⁹ Drought Recovery and Agriculture Resilience Project (DRARP) (2017). Implementado por INGC com apoio do Banco Africano de Desenvolvimento. p. 6

⁷⁰ *Ibidem.* p.6

3.2. Comitês Locais de Gestão de Calamidades (CLGRC)

Os CLGRC são um grupo formado por 15 a 18 pessoas da mesma comunidade que se dedica, voluntariamente, às actividades de Gestão do Risco de Desastres, quer através da adopção de medidas de prevenção e resposta ou através das medidas de recuperação e reconstrução⁷¹.

Até o ano de 2018, existiam no país cerca de 1218 comitês perfazendo um total de cerca de 14255 membros, dos quais 6504 eram homens e 4673 eram mulheres⁷².

Os CLGRC são o braço directo do Governo e ajudam a minimizar a magnitude do impacto dos eventos extremos, auxiliando as comunidades a reduzir os factores de risco, preparando-as para dar resposta imediata quando há aviso de ocorrência de um dado evento extremo. Ou seja, os comitês desempenham um papel importante porque são os primeiros a ajudar a comunidade a responder os problemas resultantes da ocorrência de eventos extremos⁷³.

Os Comitês possuem uma estrutura que permite que haja um processo participativo e por ser um grupo composto pelas pessoas locais, ele permite a partilha do legado histórico e cultural da comunidade de geração em geração, compartilhando as histórias sobre desastres e que estratégias foram adoptadas para colmatar seus efeitos. Eles contribuem para a redução da vulnerabilidade física através do melhoramento das técnicas de construção resiliente das suas residências.

Ele é composto por um Coordenador, um Coordenador Adjunto e 7 grupos de trabalho, nomeadamente Responsável do Kit; Escuta pela Rádio; Aviso Prévio; Evacuação; Busca e Resgate; Abrigo; Gestão de informação e Avaliação de Danos e Necessidades – ADAN.

Os membros dos Comitês são pessoas voluntárias respeitadas na comunidade e pelas autoridades comunitárias, dinâmicas, criativas, motivadoras, pro-activas, solidárias e com conhecimento dos problemas da sua comunidade ou região. Estes membros são escolhidos numa Assembleia (reunião) organizada pela comunidade onde se apresentam os candidatos e há uma votação.

No entanto, um dos constrangimentos deste grupo prende-se à falta de subsídio pelo trabalho realizado, fazendo com que seja um grupo composto principalmente por mulheres, uma vez que homens procuram trabalhos remunerados. Todavia, a maior parte dos grupos são coordenados por um homem.

⁷¹ INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017. p. 13

⁷² INGD https://www.ingd.gov.mz/?page_id=3068

⁷³ *Ibidem*.

3.3. Guião das entrevistas

Para a execução do trabalho, foi elaborado um guião de entrevistas que visava explorar os conhecimentos e experiências de cada um dos grupos de pessoas a entrevistar.

Algumas entrevistas foram realizadas de forma presencial e outras através do auxílio da tecnologia, por meio de chamadas de voz. A tecnologia se mostrou uma ferramenta facilitadora durante esse processo e que permitiu o alcance de sujeitos com realidades distintas.

Os contactos para a definição das pessoas a serem entrevistadas foram efectuados através da comunicação formal com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, em particular as Delegações Provinciais da Cidade e Província de Maputo. As entrevistas foram associadas às reuniões de monitoria do trabalho dos Comitês, olhando especificamente para o início da época chuvosa que para o caso de Moçambique vai de Outubro a Março do ano seguinte.

As informações coletadas nas entrevistas foram sistematizadas e organizadas, através da análise dos discursos em três grandes temas: a questão de género; a problemática ambiental e por último; questões eco feministas. As respostas foram distribuídas em forma de tabela de acordo com as perguntas que foram utilizadas na elaboração do guião. Durante todo o processo de análise houve a comparação das informações fornecidas pelas entrevistadas e a revisão de literatura, além da busca por novos dados considerados importantes para a concretização dos objectivos do trabalho.

O guião de entrevista, é constituído por 10 questões fechadas onde o entrevistado responderá se concorda ou não com as afirmações do entrevistador. E outro questionário aberto, que compreenderá 14 questões, que permitirão perceber melhor dos entrevistados os seus pontos de vista em relação a matéria em estudo. Referimos que a elaboração das entrevistas foi realizada com base nos dados recolhidos na revisão da literatura, sobretudo a informação sobre as teorias usadas para fundamentar este trabalho.

As questões presentes do guião de entrevistas estão directamente ligadas ao conhecimento de homens e mulheres sobre a ligação entre Género e Desastres, conhecimento de como as mulheres são integradas nos processos de Gestão e Redução do Risco de Desastres nestas zonas, a atenção especial que os comités prestam aos grupos vulneráveis como mulheres, crianças e idosos e por último e não menos importante, qual é o impacto dos desastres nas relações de Género na região do estudo e como é que a Cooperação Internacional tem ajudado o país a integrar estas duas componentes de Género e Desastres.

3.4. Condução das Entrevistas

As solicitações das entrevistas foram previamente informadas através de comunicação escrita que continha a apresentação e contextualização do estudo (Anexo 3). Após o envio da comunicação escrita

foi posteriormente confirmado os dias e locais para realização das entrevistas efectuado novo contacto para agendamento da data e local da entrevista.

Durante as entrevistas foram distribuídos questionários para resposta imediata dos entrevistados e realizados grupos separados para discussão dos temas. As declarações dos entrevistados foram colhidas pelo autor do estudo, por forma a conferir maior confiabilidade e veracidade dos factos colhidos e posterior análise e transcrição das matérias tratadas, conforme descrito no ponto sobre os resultados da pesquisa.

As entrevistas ajudaram na percepção do pesquisador sobre a matéria em análise e na compreensão do tema em estudo. No entanto, para o caso dos Comitês Locais de Gestão de Calamidades, a língua portuguesa foi uma grande limitante para a resposta dos entrevistados directamente no questionário. Essa limitação, conduziu a condução de entrevistas em forma de trabalhos em grupo.

3.5. Roteiro das entrevistas dividido por categorias

A entidade gestora de desastres no país possui uma estrutura organizacional que vai desde o nível central até ao local. Para melhor descrição e implementação do roteiro das entrevistas, foi necessário dividir o grupo alvo em categorias. Para este trabalho, entenda-se categorias como classes ou grupos que se dividem em ideias ou conceitos. O termo categoria pode ser usado para realizar divisões de grupos em concordância com características comuns que possuem em relação aos elementos que a compõem e que facilitam a ordem dos grupos que contenham qualidades homogêneas.

Assim, para o efeito, as entrevistas foram divididas em três categorias: (i) autoridades locais dos Distritos visitados (6 entrevistados); (ii) Membros dos comités locais (108) e funcionário do INGD.

Com base na análise da informação que seria necessário recolher, era importante definir o tipo de perguntas que fariam parte do questionário, de forma a garantir a verificação das hipóteses da pesquisa. As questões colocadas foram algumas gerais e outras específicas, abertas e fechadas, tendo se focado mais nas questões abertas que permitiriam a análise qualitativa do estudo. Nas questões fechadas, usamos perguntas por escalas (1. Concordo totalmente, 2. Concordo; 3. Não Concordo nem discordo; 4. Não Concordo e 5. Não Concordo Totalmente) para garantir a concordância ou discordância com as afirmações negativas ou positivas previamente estipuladas.

3.6. Ferramentas para a recolha, análise e interpretação dos dados

A formulação das questões, a recolha, verificação e análise dos dados, foram realizadas tomando em consideração os seguintes elementos:

1. Matriz de análise de Género

Esta ferramenta ajudou na percepção das diferentes atribuições de homens e mulheres, dentro da comunidade. Através dela, foi elaborado um quadro resumo que apresentava a divisão do trabalho entre homens e mulheres nas áreas afectadas e como essas dinâmicas têm sido afectadas ao longo do tempo pelos desastres. Esta foi uma análise que foi realizada em discussão de grupo que permitiu maior interação entre os participantes. Esta ferramenta foi usada para a elaboração das perguntas 1 e 2 do questionário de perguntas abertas.

2. Avaliação do Impacto

A avaliação do impacto é um instrumento essencial para a compreensão da importância e funções de um determinado estudo. Esta ferramenta, olha para os possíveis impactos que os desastres e mudanças climáticas causam nas relações ou dinâmicas de género. Por via dela, foi possível perceber e formular questões específicas a homens e mulheres de como é que o desastre tem afectado suas vidas de forma particular, olhando para as diferentes responsabilidades, centrando-se particularmente em 4 pontos fundamentais: acesso e controlo dos recursos, normas e valores, direitos e participação na vida da comunidade. Esta ferramenta foi usada para a elaboração das perguntas 3 e 9 do questionário de perguntas abertas.

3. Factores de Influência

Os factores de influência nos processos de elaboração de estudos, foram ganhando a sua importância na área dos estudos sociais e são considerados como parte integrante dos processos cognitivos. Eles podem ser influenciados por forças exógenas através de normas sociais ditando o comportamento de homens e mulheres num determinado contexto. No contexto deste estudo, olhando para os efeitos das mudanças climáticas e desastres, os factores de influência considerados mais notáveis estão ligados às normas culturais e de organização social que definem as relações de Género na comunidade, o acesso e controlo dos recursos, a pobreza, a educação, religião e hierarquia social. Através desta ferramenta, pudemos perceber quais factores influenciam negativamente ou positivamente o impacto dos desastres e mudanças climáticas nas dinâmicas de género. Esta ferramenta foi usada para a elaboração da pergunta 4 do questionário de perguntas abertas.

4. Acesso e controlo dos recursos e posse de terra

A terra é considerada uma das bases do poder político através do qual se legitima a soberania de um Estado. O conhecimento sobre o acesso, controlo dos recursos e posse da terra, constitui um elemento fulcral para o desenvolvimento de uma comunidade em particular na garantia da sua sobrevivência. Para as comunidades rurais em particular, o recurso a terra pode ser considerado como o garante da

segurança social das famílias e dos homens em particular. Assim, através desta ferramenta, foi possível perceber como é que acesso e controlo dos recursos e posse de terra influenciam no impacto dos desastres e mudanças climáticas nas dinâmicas de género. Esta ferramenta foi usada para a elaboração das perguntas 5 e 6 do questionário de perguntas abertas.

5. Arranjo Institucional

O arranjo institucional, pode ser compreendido como sendo constituído pelas regras ou padrões específicos que se estabelecem para a prossecução de determinados objectivos traçados a curto, médio ou longo prazo. Ele define a forma de coordenação entre diferentes actores “delimitando quem está habilitado a participar de um determinado processo, o objeto e os objectivos deste e as formas de relação entre os atores”.⁷⁴ Os arranjos institucionais permitiram, analisar a evolução das instituições que lidam com desastres e mudanças climáticas no país no seu envolvimento com as comunidades, bem como perceber se as questões de Género estão plasmadas nos seus métodos de actuação com a comunidade através da passagem de conhecimentos. Esta ferramenta foi usada para a elaboração das perguntas 7,8 e 10 do questionário de perguntas abertas.

As perguntas do questionário fechado, foram elaboradas igualmente usando as ferramentas aqui apresentadas, em particular a Matriz de análise de género, os factores de influência e arranjo institucional.

Conforme referenciado, estas todas ferramentas constituíram a linha de orientação para a formulação das perguntas que compõem os questionários, tendo sido elaboradas como base no que foi apresentado nos capítulos que versam sobre o quadro normativo para a redução do risco de desastres e o quadro normativo sobre género, secundado pela explicação encontrada nas teorias sobre os mesmos assuntos. Estas ferramentas foram um guião orientador para o pesquisador chegar aos objectivos traçados pelo estudo e verificação das hipóteses formuladas.

⁷⁴Pires e Gomide (2014b, p. 19), citado por Gabriela Lotta e Arilson Favareto: Os arranjos Institucionais de coordenação dos investimentos em infraestrutura no Brasil: uma análise sobre seis grandes projetos do programa de aceleração do crescimento. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8552/1/Os%20Arranjos.pdf>; pp.: 19

CAPÍTULO IV

4. QUADRO LEGAL E NORMATIVO SOBRE A GESTÃO DE DESASTRES E PERFIL DE GÊNERO EM MOCAMBIQUE

4.1.A GESTÃO DE DESASTRES NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

a. Situação Geográfica

Moçambique com uma costa de cerca de 2.700km ao longo do Oceano Índico a Leste, está situado na costa oriental do Sul de África, entre os paralelos 10° 27' e 26° 52'S e os meridianos 30° 12' e 40° 51'E. A norte, o país faz fronteira com a República da Tanzânia, a oeste a República do Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e o Reino da Swazilândia. A sua divisão administrativa é formada por 11 províncias subdivididos em 154 distritos e localidades (figura 1)⁷⁵.

Fig. 1: Divisão Administrativa do país



Em termos de clima do país, este é definido pelo padrão sazonal de precipitação e temperatura, predominantemente tropical húmido, com duas estações: fresca e seca, quente e húmida. A estação de chuvas estende-se do mês de Outubro ao mês de Maio com possibilidades de queda de precipitação fora deste intervalo, sendo que a maior parte da pluviosidade ocorre entre os meses de Novembro e Abril⁷⁶.

O período de maior pluviosidade da estação chuvosa estende-se do mês de Dezembro a Janeiro, sendo o mês de Janeiro o de maior pluviosidade em todo o país.

O país possui mais de 100 rios, os principais: Rovuma, Lúrio e Zambezi no Norte, Pungué,

Buzi, Gorongosa e Save no centro e Limpopo, Incomati e Maputo no Sul. Esses rios drenam cerca de 208 km de água rica em nutrientes para as águas costeiras⁷⁷.

⁷⁵ Chambe, M. A. G. Chales (2016). O acesso, posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do distrito de Inharrime, Brasília; pp.: 2

⁷⁶ Serra, C. Manuel (2012); O Meio Ambiente em Moçambique Notas para reflexão sobre a situação atual e os desafios para o futuro - Preparado para Grupo Ambiente — Parceiros de Cooperação Maputo, Moçambique; pp.: 40

⁷⁷ Geografia de Moçambique, acessado em <https://climatechangementoz.com/?p=457>

As regiões que apresentam menor volume hídrico, tanto como resultado da escassez de precipitação, assim como devido a baixos escoamentos a montante localizam-se na região sul do rio Save, a parte norte situada na província de Manica e no sul da província de Tete. Olhando para estas características, a probabilidade de perdas após as campanhas agrícolas sendo agricultura de sequeiro excede aos 50% na região do Sul do rio Save, atingindo mais de 75% na província de Gaza. As regiões Norte e Sul são favoráveis à agricultura de sequeiro, onde o risco de perda de colheitas é menor, cerca de 5% a 30%⁷⁸.

No que tange à população do país, importa referir que segundo o INE⁷⁹ (2019) a densidade populacional varia de acordo com as condições bioclimáticas, estimando-se que cerca de 73% da população moçambicana vive em áreas rurais e é dependente da agricultura de subsistência e do uso dos recursos. Igualmente, estatísticas mostram que 70% da população vive nas regiões costeiras, sendo que a cada ano este número irá aumentar como resultado do crescimento económico que se concentra mais nas principais cidades e estas estão concentradas ao longo da costa.

Espera-se que a população cresça a uma taxa anual de 2,5%, e no ano de 2030 o total populacional é estimado em cerca de 36 milhões. A taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados vivos) é de 67,4 e a taxa bruta de natalidade/1.000 é de 37,6. A taxa média de esperança de vida aumentou de 50 anos em 2007 para 56 anos em 2020, e a taxa de mortalidade infantil desceu de 93 em 2007 para 69 em 2020 (RNV, 2020⁸⁰).

A incidência de doenças como a malária e o HIV/SIDA são um dos aspectos fundamentais no aumento do sofrimento da população e da pobreza. Estas doenças afectam todo o país, mas com maior incidência na região sul.

O presente trabalho centrou-se no Sul do País, concretamente nos Distritos Municipais de Kambukwana e KaMavota na Cidade de Maputo e nos Distritos de Boane, Matutuíne e Namaacha na Província de Maputo. Essas áreas são caracterizadas por períodos de inundações urbanas e longos períodos de ausência de precipitação, causando secas recorrentes, o que favorece a incidência elevada de pobreza.

Igualmente, a Cidade de Maputo, possui o maior número de Centros Infantis que será o escopo de trabalho, que devido a pandemia da Covid 19 foram severamente afectados devido a imposição das restrições para a contecção da doença.

⁷⁸ Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) – República de Moçambique. 2014.p.8

⁷⁹Instituto Nacional de Estatísticas (2019c) IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017 Resultados Definitivos – Moçambique (2019). Maputo, Instituto Nacional de Estatística

⁸⁰ RNV (2020), Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o nosso compromisso com Desenvolvimento Sustentável para todos. Governo de Moçambique. p.7

b. Riscos Climáticos

Moçambique é considerado o 10º país mais vulnerável a desastres de origem natural, como secas, ciclones, cheias e inundações. Esta vulnerabilidade está ligada à sua localização na foz de nove rios internacionais, a existência de zonas áridas e semi áridas, a longa extensão do território nacional localizado numa área de convergência intertropical sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade. Durante os últimos 50 anos, o país sofreu cerca de 68 catástrofes que causaram mais de 100.000 mortes e afectaram cerca de 28.000 milhões de pessoas ⁸¹.

Estudos apontam que as Mudanças Climáticas, que já são uma realidade no país têm sido e continuarão sendo uma grande ameaça aos esforços do Governo para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, na medida em que durante os últimos 30 anos a intensidade, frequência e alternância dos eventos têm aumentado exponencialmente, levando a que pelos menos 14% da população tenha sido afectada por um desastre, quer seja seca, cheia, tempestades tropicais ou ciclones, ou mesmo desastres que sejam de origem antropogénica.

Segundo o estudo do INGC Fase I⁸², indica que como resultado das mudanças climáticas, a exposição ao risco de calamidades em Moçambique aumentará significativamente ao longo dos próximos 20 anos e mais além. As temperaturas em Moçambique poderão aumentar tanto quanto 2 a 2,5 °C até 2050 e 5° a 6°C até 2090. A variabilidade da precipitação aumentará; provavelmente haverá mudanças no início da época das chuvas com épocas das chuvas mais húmidas e épocas secas mais secas. O risco de cheias aumentará particularmente na região Sul. As regiões centrais serão as mais afectadas por ciclones mais intensos e pela subida do nível do mar, bem como pelo risco de secas em torno da área de Cahora Bassa.

No que concerne a actividade ciclónica, o estudo aponta que os ciclones mais severos constituirão uma das maiores ameaças à região costeira, e após 2030 a subida acelerada do nível do mar constituirá o maior perigo, especialmente quando combinada com marés cheias e vagas de tempestade. A cidade da Beira que já se encontra numa situação de grande vulnerabilidade, como atestam os diversos ciclones que atingiram a região nos últimos anos, é apontada como sendo de grande risco para a ocorrência de eventos extremos por todo o País, em especial em algumas partes da Cidade de Maputo, bem como outras áreas costeiras tais como Pemba, Vilanculo e ilhas próximas.

⁸¹ Serra, C. Manuel (2012); O Meio Ambiente em Moçambique Notas para reflexão sobre a situação atual e os desafios para o futuro - Preparado para Grupo Ambiente — Parceiros de Cooperação Maputo, Moçambique. p. 38

⁸² Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique Relatório Síntese – Segunda Versão Maio 2009. O estudo sobre *‘Impactos das Alterações Climáticas no Risco de Calamidades em Moçambique’* conduzido de Maio 2008 a Janeiro de 2009 pelo INGC e financiado pela Dinamarca, UNDP e GTZ, tenta providenciar respostas preliminares às seguintes questões: *‘Em que medida é que, dados certos desenvolvimentos socioeconómicos, a vulnerabilidade e exposição aos desastres mudará com as alterações climáticas projectadas para cerca de 2030 e 2060? Qual é o cenário extremo? Que adaptações são necessárias para reduzir a vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas?’* p.4-6

Nesta tabela apresenta-se duas componentes de factores que contribuem para à vulnerabilidade aos riscos relacionados com o clima	
Exposição ao risco	Fraco desenvolvimento socioeconómico
Extensão da Costa com cerca de 2700 km virados para a bacia do Oceano Indico - activa a ocorrência de ciclones tropicais;	73% da população depende da produção agrícola e pesca que são altamente sensíveis a variabilidade climática;
Travessia de 09 rios internacionais que desaguam no Oceano Indico;	Elevado Índice de analfabetismo, sendo 49,4% mulheres e 27,2% homens;
Escoamento superficial das águas fluviais de alta velocidade devido à queda acentuada de altitude do interior para a costa, provocando inundações em curto espaço de tempo quando ocorrem níveis altos de precipitação a montante das bacias internacionais partilhadas;	Fracas infra-estruturas socioeconómicas como estradas, barragens e represas (para recolha e armazenamento de água na época chuvosa, para ser utilizada em épocas de escassez) e silos para armazenar as colheitas agrícolas para serem consumidas e/ou comercializadas mais tarde
70% da população vive nas regiões costeiras;	Baixo poder de compra de insumos agrícolas pelos camponeses do sector familiar que praticam agricultura de sequeiro e deficientes vias de acesso.
73% da população moçambicana vive em áreas rurais e é dependente da agricultura de subsistência e do uso dos recursos e com acesso limitado a electricidade, água potável melhorada e saneamento.	

Quadro 1: Factores contribuintes à vulnerabilidade⁸³

c. Tendência Histórica dos Desastres (Período 1980 - 2019)

Entre os anos 1980 a 2016, foi registado no país uma subida acentuada do número de ocorrência de desastres conforme ilustração nas figuras abaixo.

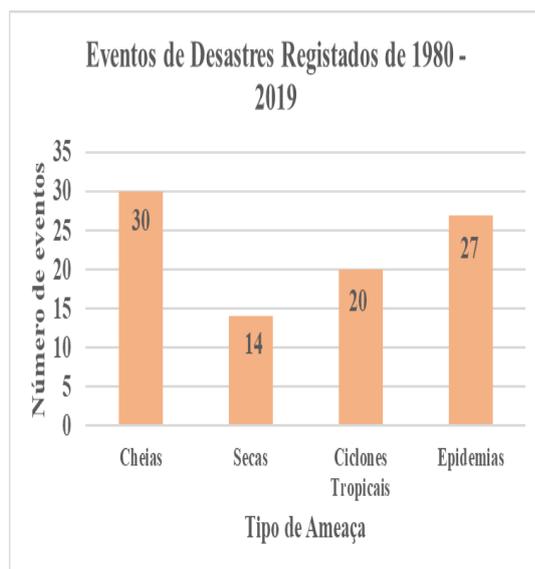


Fig.2: Visão Histórica dos Desastres (1980-2016) (INGC, 2017)

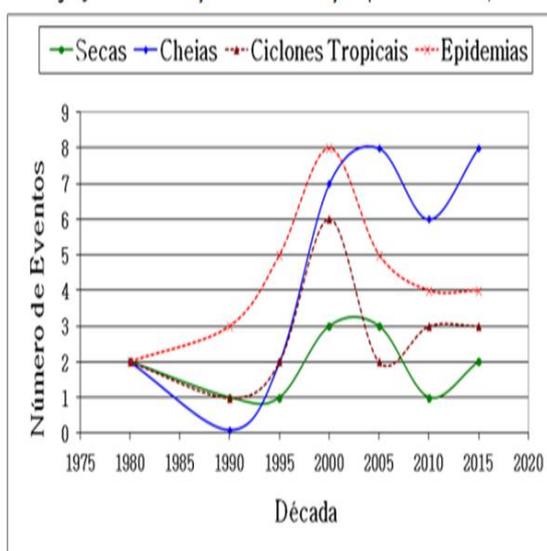


Fig.3: Tendência dos Desastres em Moçambique (INGC, 2017)

⁸³ Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas, República de Moçambique. p.21

Em termos de distribuição geográfica, as províncias da região centro, são consideradas mais propensas a ocorrência de cheias, ciclones tropicais e epidemias comparativamente com as regiões Sul e Norte. A região Sul com o seu clima de savana tropical e seco é mais propensa às secas do que as regiões Centro e Norte, as quais são dominadas por um clima tropical chuvoso e moderadamente húmido, modificado pela altitude, respectivamente⁸⁴.

Segundo o INGC (2017)⁸⁵, e olhando os dados históricos sobre os eventos extremos, entre os anos de 1980 a 2019, mostram que as cheias, ciclones e secas têm sido fenómenos recorrentes nas três regiões do país, e nos últimos anos as inundações urbanas têm-se mostrado uma grande preocupação.

A partir da década de 1980, os eventos extremos no país têm aumentado exponencialmente, sendo que a maior parte dos fenómenos de grande dimensão tiveram o seu registo entre os anos de 1970 a 1980. Devido às mudanças climáticas a partir dos anos 2000, eventos recorrentes de cheias e ciclones afectam a região Centro e Norte, ao passo que seca, cheias e inundações afectam as regiões Centro e Sul.

Ademais, os registos sobre eventos extremos para o período de 1980 a 2017 indicam que a seca, apesar de ser um fenómeno de impacto lento, tem afectado um grande número de pessoas, com impacto maior se comparado a outros fenómenos, como atestam os registos da seca. Estes, no período compreendido entre 1958 a 2008, tiveram um registo de 10 episódios, causando cerca de 100.200 mil mortos e afectando cerca de 16.444.00 pessoas. Contudo, considerando eventos de duração inferior a um ano, as cheias de 2000 afiguram-se como sendo o evento que mais mortes causou, com 699 ocorrências e 4,5 milhões de afectados sendo seguido pelo Ciclone IDAI e Kenneth que afectaram cerca de 2,5 milhões de pessoas, com mais de 600 pessoas mortas⁸⁶.

No entanto, apesar do registo no aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos climáticos, tem-se registado uma redução na perda de vidas humanas, como resultado da abordagem proactiva do Governo no sentido de reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais, da economia e das infraestruturas, através do reassentamento das populações vivendo em áreas propensas às cheias, bem como à operacionalização de sistemas de aviso prévio de cheias e ciclones, que têm informado atempadamente as comunidades.

⁸⁴ Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique Relatório Síntese – Segunda Versão Maio 2009.p.3

⁸⁵INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017. p.8-9

⁸⁶ *Ibidem*.

d. Instrumentos nacionais e internacionais relacionados com a Redução do Risco de Desastres

A nível mundial, o número e o impacto dos desastres cresceu de forma exponencial nas últimas décadas. Segundo a IFRC&UNDP⁸⁷, os desastres nos últimos 20 anos afectaram cerca de 4,4 biliões de pessoas, causaram a morte de cerca de 1,3 milhões de pessoas e causaram mais de 2 trilhões de dólares americanos em perdas económicas e que tiveram impactos directos no crescimento económico de muitos países e aumentaram o fardo para as populações mais pobres e marginalizadas das sociedades.

Contudo, pelo reconhecimento do impacto devastador destes fenómenos, verificou-se o aumento de actores internacionais a melhorarem a sua legislação, regulamentos para adequá-los as novas dinâmicas nacionais e internacionais de resposta a estas intempéries. E foi através do consenso geral tanto a nível das organizações regionais, de carácter bilateral e multilaterais, que os países concordaram em criar instrumentos jurídicos que ajudassem na prevenção, mitigação, resposta e recuperação após desastres. Assim, em 2005, os Estados Membros das Nações Unidas, adoptaram o Quadro de Acção de Hyogo 2005-2015 (HFA), que visava a construção da resiliência das Nações e Comunidades aos Desastres⁸⁸.

Actualmente, ele foi substituído pelo Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030. Este Quadro é uma plataforma que visa medir o nível de implementação das acções de redução do risco de desastres a nível global. Com ele espera-se a redução substancial do risco de desastres e de perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, bem como dos bens económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países (United Nations General Assembly, 2015⁸⁹).

Na mesma senda, em 2015, Moçambique assim como outros países, aderiram em Setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como novo compromisso de desenvolvimento global até ao ano 2030. Os ODS vêm substituir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estes ODS são constituídos por 17 Objectivos, que cobrem as áreas social, económica e ambiental com um compromisso de paz, justiça e equidade, usando o lema “não deixar ninguém para trás”.

No entanto, frisamos aqui que nos seus objectivos estratégicos: 1 relativo a *erradicação da pobreza*, 11 relativo as *idades e comunidades sustentáveis* e o 13 relativo ao *combate às Mudanças*

⁸⁷ IFRC & UNDP, Effective Law and Regulation for Disaster Risk Reduction: a Multi Country Report (New York, 2014).

⁸⁸ INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Quadro de Indicadores para a Redução do Risco de Desastres 2017 – 2030, Aprovado pela 1ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 23 de Outubro de 2017.

⁸⁹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015- 2030*. Sendai, 2015. Disponível em <
http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/Marco/MarcoSendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_20152030.pdf

Climáticas, fica claro a importância que este instrumento dá a redução do risco de desastres para o alcance do desenvolvimento sustentável a todos os níveis.

O outro instrumento internacional de referência, foi concebido durante a Conferência de Paris sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2015, na sua 21ª Sessão. Nesta conferência, foi adoptado um novo Acordo sobre o clima. Este acordo teve como objectivo o fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança do clima e o reforço da capacidade dos países para lidar com os impactos resultantes dessas mudanças. Na Conferência, os países chegaram ao consenso universal sobre a necessidade de se agir de forma coordenada e decisiva nos aspectos referentes ao comportamento do homem que contribui para a severidade crescente dos desastres.

Do mesmo modo, a nível nacional, o quadro legal para a redução do risco de desastres também regista grandes avanços. A adopção de políticas e instrumentos que ajudem o Governo a melhor gerir os desastres começaram a ganhar a sua notoriedade após os desafios enfrentados pelo país durante as cheias de 2000. Como resultado, o Governo adoptou uma abordagem proactiva em relação aos eventos extremos. Assim, a Redução do Risco de Desastres passou a estar devidamente corporizada nas Políticas e Estratégicas Nacionais de curto, médio e longo prazo, tais como a Agenda 2025 e o Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019. Esta abordagem nacional alinha-se com o compromisso africano de redução de desastres e as agendas internacionais como o Quadro de Sendai para a Redução de Desastres (SFDRR 2030) e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável⁹⁰.

Em 2013 foi elaborada a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (ENAMMC) 2013 – 2025, visando identificar as áreas prioritárias para a redução dos impactos das mudanças climáticas. O objectivo da ENAMMC é estabelecer as directrizes de acção para criar resiliência incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local⁹¹.

Em 2014, o Governo aprovou a Lei de Gestão de Calamidades, revogada através da Lei 10/2020 de 24 de Agosto. Esta Lei estabelece o regime jurídico da gestão e redução do risco de desastres a nível nacional, compreendendo todas as etapas referentes ao ciclo de desastres nomeadamente: prevenção, mitigação, prontidão, resposta e recuperação das áreas afectadas (BR 15/2014⁹²). A Lei 10/2020 de 24 de Agosto, veio melhorar alguns aspectos principalmente os ligados a questões humanitárias e ambientais.

⁹⁰INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017; pp.: 10

⁹¹*Ibidem*; pp.:18

⁹² Lei n.º 15/2014 de 20 de Junho de 2014 I SÉRIE — Número 50: Estabelece o regime jurídico da gestão das calamidades, compreendendo a prevenção, mitigação dos efeitos destruidores das calamidades, desenvolvimento de acções de socorro e assistência, bem como as acções de reconstrução e recuperação das áreas afectadas.

Em 2017, foi aprovado o Plano Director para a Redução do Risco de Desastres (PDRRD), com objectivo principal de reduzir o risco de desastres, a perda de vidas humanas e de infraestruturas vitais, assim como prevenir o surgimento de novos riscos através do aumento da resiliência humana e infra-estrutural perante eventos climáticos e antropogénicos extremos ou recorrentes. Este Plano está alinhado ao PQG, ao Quadro de Indicadores de Redução do Risco de Desastres, igualmente aprovado pelo conselho de Ministros em 2017, ao compromisso africano de redução do risco de desastres, ao Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e aos objectivos do Desenvolvimento Sustentável⁹³.

Conforme apresentado acima, Moçambique ratificou Instrumentos internacionais e por outro lado, estabeleceu estratégias e políticas nacionais robustas e fortes nas áreas de gestão de desastres e adaptação às mudanças climáticas. Estes instrumentos, foram concebidos de forma a ser implementados por todos os sectores afins nesta área de desastres incluindo as comunidades que são os primeiros afectados quando uma situação de evento extremo acontece.

No entanto, existem no país alguns desafios que põem em causa a implementação destes instrumentos, sendo um deles a escassez de recursos para realizar actividades estruturais como a construção resiliente de infraestruturas básicas bem como as próprias casas da população.

Outro desafio está ligado à melhoria da coordenação sectorial e priorização destas actividades nos programas já elaborados e fraca coordenação entre o nível local, distritos e províncias, bem como o pouco envolvimento da sociedade civil (academia, sector privado) na gestão sustentável dos recursos, na criação da resiliência climática e na disseminação de conhecimento sobre estas matérias (RVN, 2020). O RVN 2020 aponta também a falta de monitoria sistemática, fraca fiscalização e insuficientes recursos financeiros e humanos nas instituições com mandato para coordenar as acções ligadas as mudanças climáticas e aos desastres.

4.2.SITUAÇÃO DE GÉNERO NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

a. Perfil de Género no país

Em Moçambique, os dados do último Censo da população e habitação (2017), mostram que a distribuição geográfica da população é irregular, existindo até 2017 cerca de 28,861 milhões de habitantes dos quais 15,061 milhões são mulheres e 13,800 milhões são homens. Esta população maioritariamente é jovem como consequência da elevada taxa de fecundidade e mortalidade, e as mulheres constituem cerca de 53% da população, vivendo maioritariamente no meio rural⁹⁴.

⁹³ INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017. p.10

⁹⁴MICOA: Ministério para a Coordenação da Acção ambiental (2013). Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (ENAMMC 2013 - 2025). p.1

Quase metade da população, 44%, tem menos de 15 anos. O índice de analfabetismo reflecte um problema grave de desigualdade de Género, uma vez que as mulheres são o maior bolo da população, mas são as menos alfabetizadas correspondendo a 49.4% se comparado ao universo masculino que é de 27.2%⁹⁵.

No Índice de Desenvolvimento Humano, o país encontra-se na 180º posição num total de 189 países analisados como resultado dos baixos indicadores sociais, derivados da baixa renda *per capita* diária. No que tange ao Índice de Desigualdade de Género encontra-se no 180º lugar de um total de 189º no Índice de Desigualdade de Género (PNUD 2019)⁹⁶.

O Perfil de Género elaborado em 2016⁹⁷, aponta para muitos factores tanto a nível social como cultural em particular, que discriminam e não contribuem para que mulheres e raparigas participem activamente no desenvolvimento do país como resultado de situações determinadas por questões estruturais, socioeconómicas, culturais e de tradição, agravadas pela pobreza e pelo facto de não saber falar português.

b. Alguns indicadores demográficos sociais do país

1. População total por sexo

Indicador	Unidade de medida	Ano				
		2015	2016	2017	2018	2019
População Total	10 ⁶	25,7	26,4	26,9	28,6	29,3
Homens	10 ⁶	12,4	12,7	12,9	13,8	14,1
Mulheres	10 ⁶	13,3	13,7	14,0	14,8	15,2
População Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	%	48,3	48,3	48,0	48,1	48,2
Mulheres	%	51,7	51,7	52,0	51,9	51,8
Índice de Masculinidade	%	93,3	93,4	92,3	92,8	93,0

Quadro 2.: População total por sexo, (INE (Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais)

2. População por área de residência

Indicador	Unidade de medida	Ano				
		2015	2016	2017	2018	2019

⁹⁵Mulheres e Homens em Moçambique, 2018 © 2019 Instituto Nacional de Estatística – Moçambique.

⁹⁶ PNUD (2019) Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI; p. 296 e 313

⁹⁷ MGCAS: Ministério do Género, Criança e Acção Social (2016) - Perfil de Género de Moçambique: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/perfil_de_género_de_mocambique.pdf; pp.: 13

População Total	10 ⁶	25,7	26,4	26,9	28,6	29,3
Urbano	10 ⁶	8,2	8,4	9,0	9,6	9,9
Rural	10 ⁶	17,5	18,0	17,9	19,0	19,4
População Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	%	31,8	32,1	33,4	33,6	48,2
Rural	%	68,2	67,9	66,6	66,4	66,2
Densidade Populacional	hab/km ²	32,2	33,1	33,6	35,8	36,7

Quadro 3.: População por área de residência, INE (Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais)

As tabelas acima mostram a distribuição total da população por sexo, confirmando que as mulheres estão em maior número e que grande parte da população do país encontra-se no meio rural. Em relação à população total por sexo, a tabela acima mostra que no país as mulheres sempre corresponderam o maior bolo da população.

3. Taxa de alfabetismo e analfabetismo por área de residência e por sexo

Indicador	2015	2017
Taxa de Alfabetismo	55,1	61,0
Homens	69,9	72,8
Mulheres	42,2	50,6
Urbano	79,6	81,2
Rural	43,4	49,3
Taxa de Analfabetismo	44,9	39
Homens	30,1	27,2
Mulheres	57,8	49,4
Urbano	23,1	18,8
Rural	56,6	50,7

Quadro 4.: Taxa de alfabetismo e analfabetismo por área de residência e por sexo, INE (Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais)

Anos	Esperança de vida ao nascer			Taxas de mortalidade infantil			Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de Natalidade	Taxa global de fecundidade
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres			
Total									
2015	53.8	51.7	55.9	79.2	82.9	75.4	12.4	39.3	5.2
2016	54.1	52.0	56.2	77.5	81.3	73.8	12.2	38.7	5.1
2017	54.4	52.2	56.5	75.9	79.7	72.1	12.0	38.2	5.1
2018	55.0	52.9	57.2	73.6	77.2	70.0	11.6	37.5	5.0
2019	55.6	53.5	57.8	71.4	74.8	68.0	11.2	36.9	4.9
2020	56.2	54.1	58.4	69.3	72.5	66.0	10.9	36.3	4.8
2021	56.8	54.6	59.0	67.2	70.2	64.1	10.6	35.7	4.7

Quadro 5.: Resumo de dados sociais, INE (Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais)

Com a excepção da esperança de vida ao nascer, em quase todos os outros indicadores de desenvolvimento como o nível de alfabetismo, saúde reprodutiva, emponderamento e actividades económicas a mulher encontra-se claramente em desvantagem comparativamente aos homens⁹⁸. Este facto tem como explicação questões meramente culturais e de tradição, particularmente nas zonas rurais onde em muitas esferas da vida dá-se primazia aos homens se comparado às mulheres.

Por exemplo, quando se fala da questão da educação, as famílias priorizam a educação masculina e a rapariga fica como auxiliadora da mãe nos trabalhos domésticos, que por um lado devido a questões económicas onde os pais não têm condições de mandar todas as crianças a escola, que por outro devido a escassez de escolas do ensino pré secundário e secundário que obriga a criança a percorrer longas distâncias para ir à escola, fazendo que não haja muita segurança para as meninas. Neste diapasão, uma em cada duas mulheres é analfabeta, aumentando esta percentagem para 62.4% nas zonas rurais o que tem impactos no acesso ao rendimento e ao bem-estar⁹⁹.

A mortalidade materna e as enfermidades reprodutivas são apontadas como responsáveis por cerca de um quinto do total das doenças e por um terço de todos os óbitos, entre as mulheres em idade reprodutiva e a taxa de gravidez de adolescentes é alta, 149 entre 1000 mulheres de 15 a 19 anos, valores dos mais altos na África subsariana. A situação da mulher e rapariga, agrava-se ainda mais devido ao aumento da pobreza no país e a epidemia do HIV/SIDA¹⁰⁰. A taxa de fertilidade é de 5, 5 e 60% das mulheres são mães antes dos 20 anos de idade.

No sector agrícola, apesar da participação da mulher em toda a cadeia de produção agrária, ainda é notória a disparidade e desigualdade de Género, por exemplo, ***“em 2012, embora as mulheres participem na agricultura com a maior força de trabalho (81,2%) em relação aos homens (61,6%), apenas 28% das mulheres tem posse de terra contra 71,07% da contraparte masculina; dos produtores assistidos pela rede de expansão pública, 20,98% das mulheres receberam conselhos técnicos contra 46,5% da sua contraparte masculina; e dos produtores que receberam crédito, 15,81% foram mulheres contra 71,07% de homens”***¹⁰¹

⁹⁸MGCAS: Ministério do Género, Criança e Acção Social (2016) - Perfil de Género de Moçambique. https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/perfil_de_género_de_mocambique.pdf. p.12

⁹⁹RNV (2020), Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o nosso compromisso com Desenvolvimento Sustentável para todos. Governo de Moçambique. p.34

¹⁰⁰ *Ibidem*; pp.: 23

¹⁰¹ MASA: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar: Estratégia do Género e Plano de Acção do Sector Agrário 2016-2025. p.6

Por outro lado, em termos de força laboral, as mulheres são consideradas como trabalhadoras não qualificadas, trabalhando especialmente nas culturas de subsistência, com limitado acesso aos insumos agrícolas, aos extensionistas, com taxas de adoção tecnológica inferiores a dos homens e com limitado acesso ao crédito. Nas zonas urbanas, o grande bolo das mulheres que trabalham encontram-se maioritariamente no sector informal¹⁰².

No entanto, apesar do quadro acima referenciado, o país tem dado passos significativos na promoção da igualdade de Género, com um número cada vez maior de mulheres em postos de tomada de decisão. Neste momento há cerca de 40% de mulheres no parlamento, 9 dos 22 membros do Conselho de Ministro são mulheres (Ministras), 5 dos 11 Secretários do Estado são mulheres, 3 dos 10 Governadores eleitos são mulheres e 35% dos membros das Assembleias provinciais são mulheres. Estas ainda ocupam a liderança de três órgãos de Soberania: a Assembleia da República, o Tribunal Administrativo e o Conselho Constitucional¹⁰³.

Contudo, embora haja a aprovação de instrumentos legais e políticos que garantem a integração da igualdade de direitos entre homens e mulheres, tanto a nível nacional como internacional, parece que na prática eles são pouco aplicados, e como mostra o quadro 1, o índice de masculinidade no país é muito elevado, combinado com tradições e atitudes patriarcais que retratam as mulheres como submissas aos homens e dependentes deles.

E por outro lado, acrescenta-se a questão da falta de conhecimento pelas mulheres e raparigas sobre seus direitos e pelo facto do sistema tanto judiciário como de saúde apesar de também ter mulheres muitas têm o patriarcado em seu pensamento, fazendo com que não sejam sensíveis ao Género, talvez pelo facto de se pensar que "Género" é sobre mulheres e não sobre igualdade de direitos.

c. Instrumentos nacionais e internacionais relacionado com Género e Desastres

Moçambique possui um quadro nacional sobre género e desastres avançado e ratificou vários instrumentos internacionais que garantam a integração do Género nas questões ambientais e de gestão de desastres. O país foi um dos primeiros a integrar os assuntos de género e mudanças climáticas na sua Estratégia e Plano de Acção para Género, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas adoptados em 2010.

Para efeitos do presente trabalho, faremos menção apenas a alguns acordos aqui julgados pertinentes, como o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Este último representa o compromisso assumido por 193 Estados que

¹⁰² MGCAS: Ministério do Género, Criança e Acção Social (2016) - Perfil de Género de Moçambique. https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/perfil_de_género_de_mocambique.pdf. p. 27 - 28

¹⁰³ RNV (2020), Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o nosso compromisso com Desenvolvimento Sustentável para todos. Governo de Moçambique. p. 33

reconhecem que a abordagem equitativa e articulada entre as dimensões social, económica e ambiental é fundamental para o alcance dos objectivos traçados.

E os ODS, no seu artigo quinto, debruça-se sobre o alcance da igualdade de género e empoderamento de todas as mulheres e meninas através do reconhecimento do valor intrínseco e instrumental da igualdade de género e empoderamento feminino como fundamentais para o desenvolvimento e redução da pobreza (ODS 2015¹⁰⁴). Esta proposta de agenda de “não deixar ninguém para trás até 2030” representa a identificação do ataque às desigualdades sociais como um passo determinante para o avanço do processo inerente à redução dos impactos dos desastres e mudanças climáticas nas pessoas.

A nível nacional, na área de género destacando-se os seguintes instrumentos:

- a) Política de Género e a Estratégia da sua Implementação;
- b) Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher 2018-2024;
- c) Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseado no Género 2018-2021;
- d) Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), e
- e) Estratégia de Inclusão de Género do Sector de Saúde 2018-2023.

Entretanto, indo particularmente ao sector do ambiente, foram adoptados os seguintes instrumentos:

- a. A Estratégia e Plano de Acção de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas, aprovada em 2010. Este documento, visava garantir um desenvolvimento integrado da perspectiva de Género no sector do ambiente, com vista a melhorar a qualidade de vida das comunidades em particular das mulheres através da mitigação e adaptação às Mudanças Climáticas e do uso dos recursos de forma sustentável ¹⁰⁵.
- b. O Plano Estratégico de Género 2016-2020 - INGC a caminho das Mudanças nas Relações de Género, que dentre outros objectivos, visava o aumento da capacidade do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, na integração do Género nas acções ligadas a redução do risco de desastres nas comunidades e bens¹⁰⁶.

Entretanto, apesar de existência de instrumentos e a ratificação de várias convenções internacionais tanto na área dos direitos humanos assim como na esfera da igualdade de género, persistem desafios

¹⁰⁴ Mulheres, clima e agenda 2030: narrativas verbais-imagética para não deixar ninguém para trás: Women, climate and 2030's diary: verbal imagnetic narratives to leave no one behind E-ISSN 2238-5533 Volume 25 | nº 3 | 2020 Artigo recebido em: 01/11/2020. Aprovado em: 21/12/2020. p.145

¹⁰⁵ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental - Estratégia e plano de acção de Género, ambiente e mudanças climáticas, junho 2010. p. 15

¹⁰⁶ INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2016). Plano Estratégico de Género do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2016 – 2020). A caminho das Mudanças nas Relações de Género. Moçambique. p. 15 - 16

na aplicação prática desses instrumentos. Os factores sócio - culturais ainda continuam perpetuando a discriminação e a exclusão das mulheres e raparigas nas esferas económica, política e social.

A grande disparidade e o alto nível de analfabetismo associados ao não saber falar português em particular nas mulheres e raparigas rurais tem como consequência directa uma reduzida participação nos centros de tomada de decisão, bem como no acesso aos recursos e aos meios produtivos que garantam o seu bem-estar.

d. Impacto dos desastres e mudanças climáticas nas dinâmicas do Género

Alguns estudos apontam para a necessidade do reconhecimento da crescente importância da diferenciação social como factor determinante e crucial para a análise da vulnerabilidade das pessoas e bens. As mudanças climáticas que vêm sendo uma realidade para o mundo, afectarão as pessoas de formas diferentes de acordo com a sua cultura, situação sócio cultural, económica e ambiental (Djoubi, 2016¹⁰⁷).

De acordo com Recha¹⁰⁸, as mulheres, em termos gerais, são as directamente afectadas pelos efeitos das Mudanças Climáticas que ciclicamente assolam o mundo, como resultado dos seus papéis de cuidador e também devido a sua dependência aos recursos naturais para subsistência, responsabilidade pela produção de alimentos, na busca de água, lenha, medicamentos tradicionais activos mais limitados e barreiras sociais, culturais e políticas. Esta tese é igualmente sustentada pelo Perfil de Género (2016), que advoga que no país, as mulheres e raparigas estão entre os grupos mais afectados pela pobreza devido a diversos factores incluindo o impacto da ocorrência de Desastres e os efeitos das Mudanças Climáticas.

Desde os anos 90, o calor extremo, as secas, cheias, inundações e ciclones, aumentaram muito, sendo Moçambique um dos países mais afectados. E estes fenómenos que têm como riscos o aumento da variabilidade da precipitação, redução da produtividade e alteração dos ciclos de vectores de doenças endêmicas que afectam a saúde das populações tem consequências directas no trabalho feminino (Barbanti, 2017¹⁰⁹).

Ora vejamos, quando há uma seca, são as mulheres que precisam de andar quilómetros de distância à procura de água e lenha para os membros da família. Por sua vez, o facto de ter que percorrer

¹⁰⁷ HOURIA, Djoubi, Bruno Locatelli, Chloe Vaast, Kiran Asher, Maria Brockhaus, and Bimbika Basnett Sijapati 2016: Beyond dichotomies: Gender and intersecting inequalities in climate change studies. The Author(s) 2016. This article is published with open access at Springerlink.com www.kva.se/en. p. 248

¹⁰⁸ RECHA J. W., Chiulele R.M. (2017). Mozambique climate smart agriculture guideline. Vuna Guideline. Pretoria: Vuna. Online: <http://vuna-africa.com/>. P. 12

¹⁰⁹ BARBANTI, Olympio (2017). Mudanças climáticas, agricultura e segurança alimentar: um caminho para o Desastre Federal University of ABC, São Bernardo do Campo, Brazil. p.10-13

distâncias para satisfação de necessidades básicas de combustível e água, as meninas mais novas ficam prejudicadas devido ao factor tempo, não conseguindo ir à escola tanto por ter que ir acompanhar a mãe à procura de sustento ou por ter que ficar em casa a cuidar dos irmãos mais novos¹¹⁰.

Por outro lado, como resultado da falta de cultivo, os homens igualmente serão afectados, tanto financeiramente como do ponto de vista psicológico, uma vez que a sociedade lhe ensina que é o garante do sustento familiar. Esta inabilidade de prover para a família carrega em si consequências psicológicas graves como a frustração e a depressão. E devido ao facto de a sociedade caracterizar o homem como mais forte emocionalmente comparativamente a mulher, ele não se abre facilmente com ninguém sobre os seus sentimentos, afogando-se muitas vezes em vícios tais como o álcool e drogas que por sua vez levam a violência doméstica. Por outro lado, está a questão da migração dos homens a procura de melhores condições de vida para si e suas famílias, abandonando as zonas de fome¹¹¹.

No entanto, mais uma vez voltamos para a carga da mulher que é deixada com mais responsabilidades devido a migração do marido. Ou pelo aumento do número de casos de violência doméstica devido ao consumo de álcool e drogas.

Além disso, são relatados outros tipos de efeitos das Mudanças Climáticas ligados à área de violência contra as mulheres. Com efeito, à medida que os recursos se tornam limitados, reforçam-se os desequilíbrios de poder existentes dentro de comunidades e famílias, aumentando o tráfico humano e a exploração sexual de mulheres, uma vez que os traficantes buscam como alvo as comunidades vulneráveis e necessitando de algum apoio financeiro para suprir suas necessidades¹¹².

No quadro abaixo, apresentamos como é que cada tipo de desastres afecta a mulher.

	Implicacoes especificas	Exemplos
--	--------------------------------	-----------------

¹¹⁰MICOA: Ministério para a Coordenação da Acção ambiental (2013). Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (ENAMMC 2013 - 2025). p. 2

¹¹¹IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) (2005) - The Guidance Notes on Recovery: Gender. p. 7

¹¹² Ibidem. p.8

<p>Eventos extremos da natureza que ocorrem de forma repentina como cheias, ciclones ou tempestades tropicais.</p>	<p>No caso de desastres repentinos, muitas vezes as mulheres estão em maior risco de se ferirem devido as restrições impostas pela própria sociedade e os papéis de género socialmente construídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeiro, muitas vezes as mulheres não sabem nadar; ▪ Em algumas situações as mulheres não podem abandonar a casa sem permissão do marido, mesmo depois de ouvir os avisos prévios da ocorrência do evento; ▪ São cuidadoras das crianças e idosos o que limita a sua mobilidade; 	
<p>Eventos prolongados como secas, diversificação, desflorestamento e degradação ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumenta o trabalho doméstico das mulheres que são responsáveis pela recolha e armazenamento de água na família; ▪ Aumenta o trabalho doméstico para garantir alimentação para a família uma vez que há escassez de produção; ▪ Aumento de famílias chefiadas por mulheres e outras por crianças devido a migração de homens para zonas mais produtivas a fim de conseguir algum trabalho; ▪ Aumento da distância para a recolha de lenha; 	<p>As mulheres precisam de percorrer grandes distâncias para procurar água e a seca faz com que essa situação piore.</p> <p>Mais de 80% da população dos países em desenvolvimento usam a medicina tradicional como a sua primeira fonte para cuidados de saúde. E as mulheres quase sempre são as que se especializam no conhecimento das plantas para o tratamento de doenças mais que os homens e a seca faz com que os poucos recursos medicinais que existem sequem.</p>
<p>Sistemas de aviso prévio</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em muitas situações os avisos não chegam as mulheres e crianças; ▪ Fraca capacidade das mulheres de saber como agir no caso da emissão dos avisos prévios; ▪ Fraca habilidade feminina para se salvar como é o caso de não saber nadar e subir em árvores; 	<p>No RNV da pesquisa elaborada a crianças sobre o sistema de aviso prévio foi referido que estas consideram haver iniciativas positivas para ajudar as comunidades a preparar-se para o impacto dos desastres, no entanto os meios usados por vezes não permitem que estas sejam abrangidas. Muitos não tem acesso o rádio, jornal, telefone e nem televisão por falta de electricidade.</p>
<p>Fraco acesso aos recursos como por exemplo a terra</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca capacidade de controlo da produção e dos mercados; ▪ Fraca habilidade para adaptação as mudanças ecológicas resultando na perda de culturas; 	<p>Pouco percentagem da população feminina possui DUAT; A terra é um bem que tradicionalmente pertence ao marido/homem. E as famílias chefiadas por homens tem maior possibilidade de ter recursos agrícolas mais do que as famílias</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraco rendimento; 	lideradas por mulheres.
Fraca capacidade de se sustentar – Fraco rendimento	Na eventualidade da ocorrência de um choque climático como é o caso da seca por exemplo há escassez de alimentos, perda de culturas agrícolas e de animais devido a falta da água e do pasto aumentando as actividades reprodutivas da mulher como a busca da lenha e procura de alimentos para o sustento familiar.	As mulheres encontram-se maioritariamente no sector informal e no sector agrícola, como trabalhadoras não qualificadas e especialmente nas culturas de subsistência, com limitado acesso aos insumos agrícolas, aos extensionistas, com taxas de adopção tecnológica inferiores do que os homens e com limitado acesso ao crédito.

Quadro 6: resumo dos desastres nas mulheres (UNISDR, UNDP and IUCN, 2009) ¹¹³:

Tanto homens como mulheres sofrem impactos diferentes dos desastres e mudanças climáticas dependendo da situação política, económica, cultural e social de determinada comunidade. Eles possuem vulnerabilidades diferentes e formas ou capacidades diferentes para enfrentar o problema como resultado das construções sociais existentes que muitas vezes perpetuam a diferença no tratamento de ambos sexos.

O assumir que os riscos de desastres são neutros, pode ter, entre os outros, os seguintes resultados:

- I. Inadequada identificação e avaliação dos riscos;
- II. Priorização e financiamento das actividades de gestão de desastres a nível da comunidade e a nível nacional sem olhar para as diferenças de Género;
- III. Resultados e Intervenções não muito eficazes para responder a gestão e redução do risco de desastres;
- IV. As intervenções podem criar ou exacerbar as desigualdades de Género.

¹¹³UNISDR, UNDP and IUCN (2009). Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines, Geneva, Switzerland. p. 36-40

CAPÍTULO V

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa foi realizada com base em entrevistas, através de questionários e grupos focais. Os questionários estavam divididos em 2 partes, sendo a primeira com 10 perguntas fechadas, no qual o entrevistado respondia apenas se concordava ou não com as afirmações do entrevistador.

A segunda parte, composta por 14 perguntas abertas, que permitiram perceber melhor dos entrevistados os seus pontos de vista em relação a matéria em estudo. E estas perguntas foram elaboradas tomando como base as ferramentas apresentadas no capítulo III.

Neste sentido, foram entrevistados autoridades locais dos Distritos visitados, Membros dos Comitês locais (108) e funcionário do INGD.

No entanto, há que ressaltar que a maior parte das entrevistas foram realizadas em formato de grupos focais devido a limitação da língua portuguesa da maior parte dos entrevistados. Ou seja, pouco deles conseguem escrever em português sendo lhes mais fácil falar.

Usando as ferramentas descritas no capítulo III, para a elaboração, recolha e análise dos dados, foi possível agrupar os resultados. Esta metodologia de apresentação, permitiu sistematizar os resultados encontrados, sem no entanto colocar todo o questionário no texto.

Assim, a apresentação dos resultados da pesquisa foram alinhados de acordo com a disposição das ferramentas (Matriz de análise de Género, Avaliação do Impacto, Factores de Influência, Acesso e controlo dos recursos e posse de terra e Arranjo Institucional), conforme se apresenta abaixo:

Pergunta de Pesquisa 1: *Aqui na comunidade como é que está dividido o trabalho entre homens e mulheres? Quando cada um acorda de manhã quais são as actividades exercidas durante o dia?*

Tipo de actividades	Papel da Mulher	Papel do Homem	Papel comum	Acesso e controlo da actividade
Prática da Agricultura de subsistência (esta é uma das actividades mais importantes nas comunidades rurais, usando muitas vezes	As mulheres são as principais trabalhadoras dos campos agrícolas e muitas vezes são ajudadas pelos filhos.	São proprietários das grandes machambas e trabalham nos tratores para desbravar a terra e lavoura do espaço. Em tempos de seca devido a produção reduzida não ajudam	Em períodos de boa colheita trabalham juntos em todas as actividades.	Ambos homens e mulheres tem acesso a terra para o cultivo. No entanto, culturalmente os homens é que têm controlo dos recursos (ele é que têm poder de decisão onde cultivar e o que fazer com o excesso de produção se existir);

senão sempre técnicas rudimentares)		as mulheres, no entanto em tempos de boa produção participam em todas as actividades.		Nos casos de mulheres chefes de família nem sempre herdaram as terras dos maridos e muitas vezes apenas trabalham em terras de outras pessoas não tendo controlo sobre este recurso.
Produção animal (devido a situação de seca na região esta actividade vem sendo considerada desafiadora devido a seca do pasto e distância da água para o abeberamento dos animais)	As mulheres não possuem grande papel; elas podem quanto muito ficar responsável pela criação de animais domésticos como patos e galinhas.	É predominantemente masculino. São as crianças (meninos) que levam os animais para as áreas de pastagem que a cada dia encontram-se mais distantes devido à escassez de vegetação e água;	Está actividade esta dividida, cada Género possui o seu papel diferenciado sobre o assunto.	O acesso e controlo da produção animal é um recurso predominantemente masculino. A criação de gado e caprinos é considerado um recurso de poder na comunidade, sendo mesmo a sua sucessão de pai para filho.
Trabalho Doméstico	Este é um trabalho particularmente feminino. A mulher é que é líder da segurança alimentar e nutricional da família, educação das crianças, organização da casa, provimento de água e lenha para uso doméstico.	O homem não possui nenhum papel	Está actividade esta dividida, cada Género possui o seu papel diferenciado sobre o assunto.	Ambos têm acesso a todos os recursos da família, porém o homem é que tem controlo sobre os bens, nomeadamente a casa e outros bens de grande valor dentro da família.
Sustento da Família (como resultando das mudanças climáticas e desastres, esta é uma actividade que nos dias que correm têm	Vendem frutas e vegetais para ajudar com o sustento familiar; Fazem a gestão da venda dos produtos comprados pelos maridos;	Os homens participam na produção do carvão para o sustento da família; Igualmente, dedicam-se à pesca e venda de produtos comprados na capital;	Está actividade esta dividida, cada Género possui o seu papel diferenciado sobre o assunto.	Esta é uma actividade que ambos têm acesso, no entanto culturalmente o homem é que tem o controlo (é o responsável) do sustento familiar.

<p>seja desempenhada por quase todos da família)</p>				
<p>Pesca (Esta actividade vêm ganhando alguma importância, como resultado da queda da produção agrícola e da necessidade de ter um meio alternativo de obter dinheiro para comprar alimentos)</p>	<p>Normalmente é uma actividade predominantemente masculina</p>	<p>As mulheres participam na limpeza e lavagem dos produtos resultantes da pesca para a venda. Depois da venda são pagas em dinheiro ou produtos.</p>	<p>Está actividade esta dividida, cada Género possui o seu papel diferenciado sobre o assunto.</p>	<p>A mulher tem acesso limitado a esta actividade e consequentemente dos benefícios que dela resultam.</p>
<p>Comércio (Esta é outra actividade que vem ganhando sua importância pelas mesmas razões da pesca)</p>	<p>Normalmente as mulheres vendem frutas e vegetais em pequena escala; Por outro lado, produzem bebidas tradicionais para a venda, porém os seus maridos é que controlam o dinheiro ganho nesses negócios.</p>	<p>Os homens estão a frente desta actividade, especialmente na venda de peixe para a comunidade e pessoas visitantes como resultado do seu baixo custo se comparado a cidade; No entanto ele é um dos focos que causa maior consumo de álcool e drogas dos homens.</p>	<p>Está é uma actividade claramente bem dividida na comunidade, cada Género conhece seu papel.</p>	<p>Tanto homens como mulheres têm acesso a esta actividade, mas os homens é que possuem o controlo dos negócios. Os benefícios do comércio são controlados pelos homens.</p>
<p>Migração</p>	<p>As mulheres não desempenham nenhum papel nesta actividade</p>	<p>Normalmente os homens é que imigram para outras zonas a procura de melhores condições de vida</p>	<p>Está é uma actividade meramente masculina.</p>	<p>Os homens é que detém o acesso e controlo desta actividade. Eles é que decidem quando vão e quando voltam e quando ajudam as famílias, sendo eles próprios os beneficiários da actividade</p>

Quadro 7 – Matriz de Género da região do estudo¹¹⁴.

Conforme mostra a tabela, no terreno, a descrição do trabalho pelos entrevistados vai de encontro com o descrito acima. As mulheres são responsáveis pelas questões ordeiras dentro da comunidade,

¹¹⁴ Fonte: Pesquisadora

podendo ter acesso a grande parte delas, no entanto, a actividade do controlo está com os homens. No caso da terra e da casa, muitas são as vezes que as mulheres viúvas são mandadas embora de volta a casa dos pais, pelos familiares do marido depois da sua morte. E em alguns casos e comunidades em particular as rurais, quando o marido faz o *lobolo*¹¹⁵ os filhos são considerados uma pertença da família do marido, não sendo permitido a mulher voltar para casa dos pais com os seus filhos¹¹⁶.

Segundo uma das entrevistadas (...) “... a minha vida não tem sido fácil desde a morte do meu marido, sou mãe e pai das minhas crianças e tenho que me virar para arranjar sustento todos os dias e muitas das organizações que dão crédito não aceitam disponibilizar-me pois dizem que não tenho capacidade de devolução, mas se tivesse um marido talvez seria diferente. Então enquanto outras minhas irmãs tem ajuda, eu acabo fazendo tudo sozinha.”

No entanto, há um reconhecimento da mudança dos papéis tanto femininos como masculinos ao longo dos anos e em parte muita desta mudança é derivada dos efeitos causados pelas alterações climáticas que acabaram modificando a dependência total das famílias pelas machambas. As mulheres igualmente, assim como os homens sempre o fizeram, agora já não ficam apenas em casa como domésticas, muitas em especial na Cidade de Maputo, estão envolvidas no sector informal e trabalham em coordenação com os seus parceiros para garantir o sustento familiar, apesar de haver muitas casas chefiadas apenas por mulheres, conforme referiu um dos entrevistados “(...) há muito tempo, na época dos meus pais, os homens é que traziam o sustento para casa e as mulheres cuidavam da casa e das crianças, mas hoje em dia a vida da cidade está difícil e eu prefiro que tanto eu como minha mulher trabalhem para trazer sustento a casa, e as crianças ficam a cuidar da casa e cozinhar”. O mesmo acontece na Província de Maputo, onde o outro entrevistado referiu o seguinte (...) “...antigamente as mulheres não ajudavam para o sustento do lar, mas hoje em dia alguns homens já estão a aceitar que suas esposas vão ao trabalho para ajudar com o sustento da casa, porque precisamos de dinheiro para comer, para vestir e para mandar as crianças para a escola. E com a seca os campos não estão a produzir o suficiente para garantir o sustento da família”.

Mas mesmo assim ainda existe um grupo de homens que concorda que as mulheres devem ficar em casa cuidando da família, ou seja, marido e filhos, porque quando elas não estão em casa as crianças acabam tomando comportamentos desviantes.

Pergunta de Pesquisa 2: *Acha que homens e mulheres podem sofrer de impactos diferentes das mudanças climáticas e dos desastres? Se sim pode descrever de que forma pode ser este impacto?*

Para responder a esta questão o pesquisador subdividiu os impactos em quatro campos distintos, de

¹¹⁵ Prática da região sul, que significa dar bens à família da noiva para realizar uma união reconhecida entre os parentes do noivo e os parentes da noiva.

¹¹⁶ Chambe, M. A. G. Chales (2016). O acesso, posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do distrito de Inharrime, Brasília. p.2

acordo com as respostas dos entrevistados, nomeadamente: *Impactos relacionados com a mudança do clima, impactos no sector da agricultura, impactos relacionados a segurança alimentar e impactos relacionado ao tecido social.*

1. Impactos relacionados com a mudança do clima

A actividade agrícola, em particular nos países em desenvolvimento, é altamente dependente dos factores climáticos. E como resultado desta dependência a mudança do clima terá consequências directas como modificação e severidade da ocorrência de pragas, modificações no regime de chuvas e severidade de temperaturas elevadas, o que poderá provocar perdas significativas nas safras de grãos e alterar a geografia da produção agrícola colocando em risco a segurança alimentar no país¹¹⁷.

Das informações apresentadas tanto a nível internacional assim como nacional, e das previsões que constam em diversos estudos sobre o assunto, mostram que durante a estação chuvosa que vai de Outubro a Março na região Austral de África e no país em particular, o nível de precipitação registado em regiões áridas e semiáridas como de uma das áreas em estudo (Província de Maputo) reduziu consideravelmente, e se tornará pior ao longo do tempo.

Para a província de Maputo, há unanimidade: “notamos no nosso dia-a-dia a questão dos impactos relacionados com a mudança do clima, uma vez que a maior parte do tempo os nossos campos estão secos e mesmo a quantidade de água que colectamos para ajudar no tempo seco, acaba que sendo muito aquém do desejado. Por outro lado, devido a precipitação não suficiente a terra passa a maior parte do tempo seca, fazendo com que o lençol freático fique mais fundo do que era, dificultando assim a busca pela água, e fazendo com que os pastores andem longas distâncias para encontrar água para o abeberamento dos animais”.

E para a Cidade de Maputo, há também unanimidade em relação à pouca quantidade de chuva verificada no tempo chuvoso e a questão da irregularidade da própria precipitação, que pode cair muito num curto espaço de tempo, segundo os entrevistados “(...) quando construímos nos casas não havia problemas nas nossas zonas, agora não percebemos o que se passa mas a inundação na cidade é uma realidade, no tempo chuvoso nossas casas ficam muito cheias de água”.

Igualmente, segundo a informação dos entrevistados, o impacto relacionado com o clima tem consequências humanas sociais e económicas para as famílias que residem nas áreas de estudo. Um exemplo claro destas consequências é que no caso particular dos pequenos agricultores (...) “...devido a minha fraca e limitada capacidade de perceber sobre os novos tipos de pragas, a falta de chuvas e a secura do solo, não consigo colher toda a área plantada, tanto eu como muitos dos meus colegas.

¹¹⁷ RECHA J. W., Chiulele R.M. (2017). Mozambique climate smart agriculture guideline. Vuna Guideline. Pretoria: Vuna. Online: <http://vuna-africa.com/>. p. 8-10

Temos que tentar mudar da cultura através do uso de sementes mais resilientes para ver se conseguimos melhorar a colheita.”

Por outro lado, durante a época fria, ou seja, no inverno, as noites tem sido cada vez mais frias, desafiando a situação financeira de muitas famílias que não possuem cobertores adequados para se protegerem do frio, e a lenha para fazer fogueira torna-se cada vez mais escassa e cara, piorando a situação do frio. Mas conforme explicaram as senhoras “(...) o mais importante é tentar manter as crianças mais quentes possíveis, os adultos toleram e se adaptam as situações adversas com um bocado mais de facilidade e as ONG’s que trabalham no terreno tem ajudado na medida do possível para minimizar a situação”.

Breve história da Senhora Anita Raúl Gaulane – Sobre o impacto das inundações em sua vida

“... a **Senhora Anita Raúl Gaulane**, nascida a 14 de Julho de 1964, actualmente com 57 anos de idade, é residente na Cidade de Maputo, bairro do Benfica. É Vendedeira no mercado e membro do Comité Local de Gestão de Risco de Calamidades. Vive em União de Facto, com um senhor que possui uma outra família. A Senhora tem cinco filhos, sendo três meninas e dois rapazes. Segundo ela, graças a Deus o mais velho é rapaz e ele deu o nome do Pai do marido, como uma das formas de ser valorizada pelo seu esposo devido a sua condição de segunda esposa.

No que concerne, a matéria de estudo, a senhora, disse que o que mais a preocupa na sua zona, são as inundações que nos últimos anos, em especial no tempo chuvoso, vêm tirando a sua paz. Há muitos anos atrás eles viviam muito bem mesmo com a chuva. Ela é um dos primeiros residentes do seu bairro, mas depois veio o aumento de casas e construções desordenadas que fecharam os caminhos das águas. Então, agora quando chove a vida é um verdadeiro martírio.

Em particular, quando se fala dessa questão da igualdade de Género, esta situação para ela mostra o quanto desigual a vida é para as mulheres, pois quando a casa está alagada, o marido como tem duas casas, se por acaso aquele fosse o tempo dele ficar com eles, ele os abandonava para ir a casa da primeira esposa, e so voltava quando a situação melhorasse. E ela que não tem para onde ir ficava ali a aguentar a situação com os filhos e os netos. E por causa da pobreza os filhos não conseguiam estudar, abandonaram a escola para começar a trabalhar cedo, e a segunda menina foi engravidada e o pai não quis assumir a criança deixando ela e os netos as suas custas.

A vida da mulher não tem sido facil, mas dentro das possibilidades vão vivendo conforme as condições que encontramos, por a chuva tem nos tirado até o pouco que conseguimos comprar ao longo dos anos, meus sofás acabaram apodrecendo e alguns electromésticos também perdi...”

2. Impactos no sector da Agricultura

No geral, nas regiões áridas e semiáridas, a densidade populacional é relativamente baixa. O mesmo acontece em relação às áreas de cultivo quer sejam aráveis e zona para pasto para os animais. Uma vez que a terra constitui um dos activos mais importantes e uma fonte de recursos para a subsistência da comunidade, menor tamanho da propriedade como resultado da mudança do clima significa aumento da vulnerabilidade e redução da capacidade de adaptação uma vez que para a comunidade rural o tamanho da área da prática agrícola e a renda anual são elementos intrinsecamente correlacionados.

Na Província de Maputo, o aumento da densidade populacional reduziu em grande medida as áreas tanto para o cultivo assim como para o pasto. E esta redução das áreas de cultivo e pasto vai incrementando devido aos frequentes períodos de seca. Segundo o representante da Administração Distrital na Província de Maputo (...) “a perda de renda ligada as questões climáticas no sector agrícola, vem afectando tanto homens assim como mulheres de forma diferenciada tanto em termos de capital financeiro assim como social. Nos casos de ocorrência da seca, houve registo de perdas de safras e drástica diminuição da produção agrícola que levaram a perda de bens e meios de subsistência tanto para mulheres como para homens. Por exemplo a seca que iniciou em 2015, causou maior estresse económico para muitas mulheres solteiras, viúvas e crianças chefes de agregado familiar, pois eles possuem recursos muito limitados. Algumas pessoas tiveram que vender seus pequenos e poucos animais domésticos para sustentar a família, o que reduziu ainda mais o seu capital financeiro”.

Por outro lado, o aumento da variabilidade climática, fez com que tanto homens assim como mulheres gastassem mais tempo e trabalho na produção agrícola, sendo as mulheres mais afectadas pelo trabalho manual que exercem na agricultura “(...) o trabalho na machamba a cada ano que passa tem sido difícil, em particular para nos as mulheres porque somos nos que trabalhamos com as mãos, para tirar as ervas daninhas, enquanto nos espaços grandes os homens trabalham com tractor, nos as mulheres fazemos com a mão, enquanto agora a terra se encontra muito seca por falta de água”.

Contudo, olhando para a situação climática e de produção ao longo dos últimos anos, ambos sexos estão mudando suas practicas agrícolas como forma de dar resposta aos problemas relacionados com a Mudança Climática e Redução do Risco de Desastres.

Nas zonas rurais, as crenças e valores sociais é que norTEAM a forma como a sociedade vive e educa seus filhos. No entanto os valores e crenças sociais nem sempre são elementos democráticos, transparentes e inclusivos, principalmente, quando se olha para o papel que a mulher ocupa nas comunidades. Um papel influenciado por normas tanto culturais como religiosas que a colocam numa situação de total subordinação em relação aos homens, já desde a tenra idade. Assim, segundo os estudos e relatos referenciados pelos entrevistados, é notório o privilégio masculino sobre o acesso aos recursos, ainda desde cedo, quando o pai em frente de toda a família garante que todos os bens

passarão para os filhos em detrimento das filhas, e a preferência em se priorizar a educação dos meninos se comparada à educação feminina. Contudo, apesar de ser o habitual em certos casos na cidade de Maputo, a situação muda de figura, pois segundo um dos entrevistados do CLGRC “(...) Na minha casa eu dou os mesmos direitos tanto para os meus filhos assim como para as filhas, quando se trata de escola, todos devem ir à escola para garantir seu futuro amanhã. Agora se alguém quiser brincar, aí a culpa do fracasso na vida já não é do pai. Eu não tive a oportunidade e tento fazer diferente com os meus filhos.”

Na Província de Maputo, através do financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o INGC está a implementar o projecto DRARP, que é de resiliência à seca. E segundo uma das entrevistadas beneficiárias do projecto, afirmou que “(...) este projecto veio nos ajudar muito, principalmente porque eles olharam também para as mulheres chefes de família e crianças. Nos ensinaram muitas coisas como usar o que a terra nos dá mesmo em tempo de seca para podermos ter sustento em nossas casas. Os reservatórios escavados aqui construídos apesar da pouca água pois a chuva não cai, nos ajudam com água para lavar a roupa e abeberamento do gado.”

Este projecto tomou especial atenção para os grupos chefiados por mulheres e crianças. O projecto deu a tais grupos a oportunidade de aprender assuntos ligados ao aumento da produtividade, acesso aos kits *kits* de irrigação, treinamento sobre matérias ligadas à nutrição e bom uso dos produtos locais, treinamento sobre novas técnicas e práticas agrícolas, e a gestão dos recursos existentes bem como treinamento sobre Género como sendo uma das ferramentas básicas para garantir a participação da mulher no projecto, através da explicação do seu importante papel e contributo na implementação positiva do projecto¹¹⁸.

3. Impactos relacionados à Segurança Alimentar

A redução da produção agrícola devido ao aumento da variabilidade climática e a ocorrência de desastres, leva a redução de rendimentos e da colheita no contexto da prática da agricultura de sequeiro ou agricultura de subsistência. Por sua vez, este aspecto tem como consequência a redução directa na capacidade de obtenção de alimentos para o consumo familiar, causando a insegurança alimentar ou destruição crónica, com diferentes impactos sociais e psicológicos para homens, mulheres e crianças sobretudo.

Uma vez que as mulheres são responsáveis pela confecção dos alimentos para a família, a maior parte das mulheres entrevistadas, referiu que “(...) durante a ocorrência de seca, carregamos o maior fardo, uma vez que primeiro damos a refeição aos maridos e crianças e nos as mulheres ficamos em último lugar, pois melhor ver nossos filhos enquanto comeram de tal modo que consigam ir á escola. Aqui na

¹¹⁸ *Ibidem.*

Província de Maputo com a falta de chuva, cultivar tem sido um desafio, não temos tido muita comida. Mesmo a fruta é difícil de encontrar. Na seca de 2015/2016 estava pior, mas agora em 2020 mais ou menos.”

Uma outra prática comum, em tempos de seca, é a diminuição da ingestão dos alimentos ou de refeições dentro da família. Este factor aumenta consideravelmente os problemas de saúde das mulheres, crianças e mães lactentes. No entanto, para os homens, apesar de diversificarem sua fonte de renda, vendendo produtos silvestres, lenha ou carvão, vêm-se em situação de fraqueza para cumprir com o seu trabalho devido a baixa ingestão de alimentos que é necessária para realizar os trabalhos manuais pesados. Segundo um entrevistado, “(...) os projectos quando chegam aqui outros falam só das mulheres, mas nós também estamos a passar mal. Não é fácil como homem não ter dinheiro para comprar comida para a família, e nas machambas já não conseguimos tirar quase tudo que necessitamos. Nós homens também sofremos psicologicamente com essa coisa das mudanças climáticas por nós é que devemos sustentar a família.”

Em relação à insegurança alimentar e sua relação com Desastres, Mudanças Climáticas e Género, ela pode afectar homens, mulheres e crianças de diferentes maneiras, sendo que as mulheres e crianças podem sofrer mais em termos de saúde e em termos de crescimento e desenvolvimento psicomotor e físico, podendo ser revertido em caso das mulheres e crianças que pertençam a famílias com um pouco mais de recursos, que conseguem se reerguer com mais rapidez depois da situação de seca passar, ou permanecem com um crescimento deficiente nos casos de mulheres e crianças pertencentes a famílias com menos condições de se reerguer após a seca.

Por outro lado, há que salientar, que durante a ocorrência de choques climáticos como a seca, as mulheres em particular são as mais pressionadas, como resultado do seu papel de cuidadora, pelo facto de necessitarem cozinhar para a família num período em que há escassez, uma vez que elas são as responsáveis pela segurança alimentar familiar. “(...) aqui na cidade como não dependemos de machambas nos as senhoras acordamos também para ir procurar coisas para vender e assim garantir algum dinheiro para comprar comida para casa. No CLGRC nos ensinam também como devemos preparar os alimentos para garantir força nas nossas famílias, tanto para trabalharmos assim como para as crianças irem à escola”.

Para a Cidade de Maputo, em tempos difíceis causados por eventos extremos, normalmente, as famílias diminuem a quantidade das refeições dentro da família e vivem a base de verduras, sendo um pouco mais difícil a ingestão de carnes e mariscos. No entanto, no caso dos homens, mesmo que a situação de casa não seja das melhores acabam conseguindo comer fora, melhorando as vezes o seu cardápio.

Em casos de seca severa ou inundações que causam a perda de alimentos, o INGD em coordenação com seus Parceiros presta assistência humanitária às famílias mais vulneráveis, pelo menos em termos de alimentação.

4. Impactos relacionados ao tecido social

Um dos impactos directamente relacionados com o tecido social é a imigração como resultado dos choques climáticos. A imigração como resultado das mudanças climáticas tem impactos diferentes para homens e mulheres dentro da comunidade. No caso dos homens, como resultado do estresse climático, ficam mais vulneráveis e propensos a migrar para áreas consideradas prósperas, em busca de emprego para alimentar suas famílias. E as mulheres como cuidadora é mais propensas a ficar nos locais afectados pelos desastres, devido ao cuidado com as crianças, idosos e doentes¹¹⁹.

Este aumento da imigração masculina traz consequências nefastas para as famílias. Em primeiro lugar, podemos destacar a quebra do tecido familiar, uma vez que a figura paterna não se encontra em casa. Por outro lado, a falta de contacto com a família ou com o meio social que habitualmente tem convivido torna os homens mais susceptíveis a ter uma vida sexual vulnerável, tornando-os em vectores importantes para a transmissão de vírus sexuais.

Este fenómeno, também aumenta a carga do trabalho da mulher que foi deixada como a provedora da família, e a expõe a abusos físicos e sexuais ou casamento prematuro de suas filhas¹²⁰. Por outro lado, a imigração também tem impactos nas crianças, uma vez que os meninos por forma a ajudar suas mães realizam pequenos trabalhos nas machambas ou venda de produtos nos mercados, ou ambos, abandonando a escola. E no caso das meninas, muitas vezes por falta de direcção clara e figura paterna em casa acabam engravidando cedo.

Mas, a imigração apresenta aspectos positivos a nível financeiro para as famílias em caso de choques climáticos, aumentando as suas formas de renda ou subsistência, de acordo com uma das entrevistadas da Provincia de Maputo “(...) depois que meu marido foi trabalhar na cidade de Maputo, pelo menos ele manda dinheiro para comprarmos comida. Apesar de que não é fácil na casa ficar sem o homem, mas nos ajuda um pouco ele estar na cidade.”

No entanto, em casos que o homem encontra dificuldades de adaptação nas cidades, isto propicia frustração, lhe expondo ao consumo de álcool ou drogas e aumentando a carga da mulher que deixou em casa. Ou seja, a imigração relacionada com factores climáticos, pode apresentar impactos sociais diferentes entre homens e mulheres, no entanto, as consequências negativas desses impactos são

¹¹⁹IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) 2005 - The Guidance Notes on Recovery: Gender

¹²⁰ INÊS M. Raimundo (2011). Migração e HIV/SIDA em Moçambique: Desafios da região centro de Moçambique GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 – Especial. p. 43 – 55.

mistas, pois tanto homens como mulheres podem ser afectados negativamente ou positivamente, embora de maneiras diferentes. Segundo os entrevistados no CLGRC na Província de Maputo “(...) para nos aqui na Província é normal os homens por causa das machambas não estarem a produzir bem e por causa do desenvolvimento em si, eles vão trabalhar na África do Sul, o que as vezes têm sido bom porque estamos a melhorar a condição da vida através de casas melhoradas e outros, mas por outro lado, as crianças não tem figura paterna em casa e os homens muitas vezes acabam tendo duas famílias, uma aqui e outra lá onde trabalha e isto também traz doenças. E para as mulheres, nos casos daqueles homens que vão de vez, ela é que fica a ter que sustentar a casa sozinha, sendo um trabalho muito grande para ela”.

Pergunta de pesquisa 4: *Sabem o que é Aviso Prévio. E qual sua importância para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e desastres. No vosso entendimento ele olha para as diferenças entre homens e mulheres?*

O Sistema de Aviso Prévio (SAP) pode ser considerado como o acesso ao conhecimento e informação, sobre a iminência da ocorrência de um evento extremo. Com base nele, é possível ver a capacidade das famílias e comunidades em avaliar e disseminar elementos que melhorem as suas respostas e capacidades de adaptação aos Desastres¹²¹.

Segundo os membros do CLGRC, daquilo que é a sua formação “(...) no País, existem diversos tipos de aviso prévio, de acordo com os diferentes tipos de perigos. E muitas vezes os meios de comunicação e o próprio Comité desempenham um importante papel de ligação entre a comunidade e as instituições estatais na disseminação da informação sobre os perigos eminentes”.

Por exemplo, nas zonas rurais propensas a cheias, as mulheres referem que os avisos prévios são disseminados através da televisão, rádio ou mensagens nos telemóveis. No entanto, a televisão é um meio de comunicação bem escasso principalmente nas famílias chefiadas por mulheres e crianças, a rádio é um meio de comunicação mais masculinizado sendo que poucas mulheres têm acesso a este bem. E o telemóvel, apesar de algumas mulheres possuírem, acabam não percebendo as mensagens por estas serem passadas em português e muitas delas não sabem ler e escrever. Assim, estes meios todos usados para a disseminação da informação, são predominantemente usados pelos homens.

No entanto, através do trabalho dos Comités de Gestão de Calamidades, é possível evacuar as pessoas a tempo dependendo da organização da comunidade em questão, deixando de lado a discriminação de Género, pois durante a sua formação são ensinados a dar prioridade aos grupos alvo, que são mulheres, crianças e idosos.

¹²¹INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017.

Para o caso da Cidade de Maputo, os entrevistados, dizem que as informações lhes chegam a tempo, em particular devido ao trabalho dos CLGRC, que ajudam na disseminação da informação nos locais já conhecidos como críticos, no entanto, por não ter outro lugar ou casa para onde ir, ficam à espera da chuva em suas casas, e muitas vezes as crianças nesse período acabam perdendo aulas, pois perdem seu material escolar e uniforme com as águas da chuva.

Ainda assim, é comum o entendimento entre os entrevistados, de que a educação desempenha um papel fundamental porque permite que as pessoas tenham acesso a informação sobre as tecnologias apropriadas e outras informações relevantes que são precisas para a tomada de decisão em particular se os meios de sobrevivência dependem inteiramente do clima.

Por outro lado, do grupo das pessoas entrevistadas, maioria dos adultos, não possui grau de instrução, pelo abandono precoce da escola. Esta situação faz com que as pessoas não percebam muito bem sobre os avisos emitidos pelas instituições reguladoras como o sector da agricultura, INAM e INGD.

Para o caso das cheias, muito foi realizado pela Direção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e Instituto Nacional de Gestão de Desastres, colocando escalas métricas nos rios, ligados a sirenes que se encontram nas vilas. Em caso de perigo a população é avisada para se retirar.

Em relação a seca, o sistema é desafiador, não havendo um sistema 100% exequível para o aviso relacionado com tal evento, no entanto o sector da agricultura através das previsões do INAM já apresenta um prognóstico para a época agrícola. E como resultado de anos seguidos sem boa colheita a população facilmente vem acatando os avisos nos últimos anos. Igualmente, as comunidades são ensinadas a guardar o excedente da sua produção para o consumo em tempos difíceis e não levar tudo a comercialização. Aqui as mulheres desempenham um papel fundamental para manter os celeiros familiares com um certo nível de comida.

No entanto, é entendimento de grande parte das pessoas entrevistadas de que o Sistema de aviso Prévio que existe em suas comunidades têm funcionado e ajudado bastante para a prevenção dos Desastres. Ele não é um sistema que por si só discrimina o Género, mas a forma como ele funciona dá maiores privilégios aos homens sim se comparado as mulheres.

Nos impactos dos desastres a longo prazo, pode-se destacar a questão de acesso a bens e serviços prestados pelo Estado, após a ocorrência de um Desastre. Estudos¹²² revelam que o apoio após desastres pode ser um momento mais discriminatório e difícil para ambos sexos, contudo com maior incidência para a vida das mulheres, principalmente na questão da reconstrução das suas residências.

¹²²IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) (2005) - The Guidance Notes on Recovery: Gender.p.17

Os impactos diferenciados enfrentados por mulheres e homens em tempos de desastres relacionados ao clima podem estar intimamente ligados com as normas socioculturais (ou seja, arranjos institucionais). Mais uma vez por causa dos papéis como cuidadoras, expectativas sociais do que é aceitável para mulheres em diferentes sociedades e a falta de acesso a actividades e activos geradores de renda, as mulheres e crianças tendem a se sair pior e são mais vulneráveis do que os homens a lidar com o impacto imediato ou impactos a longo prazo dos desastres.

No entanto, apresentam-se cenários promissores em particular no que tange a questão de organização das instituições que lidam com estas materias. Ora vejamos:

Pergunta de pesquisa 5: *Como é que as instituições têm ajudado na implementação das medidas de adaptação às mudanças climáticas e desastres. A comunidade sente que as questões de Género são levadas em consideração?*

No que concerne às Estratégias de adaptação as Mudanças Climáticas e Redução do Risco de Desastres do Governo local na sua comunidade, quase todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que tinham conhecimento sobre elas, tendo algumas até relatado que “(...) houve auscultação comunitária sobre os problemas da comunidade nessas matérias e que tipo de estratégias de adaptação poderiam ser implementadas com ajuda do Governo para reduzir o nível de vulnerabilidade da comunidade.”

Em relação a equidade de Género, “(...) os Comités Locais que são o braço direito do Governo na comunidade, nos seus treinamentos tanto de formação como de revitalização, têm um capítulo que fala sobre a importância de olhar para questões de Género, antes, durante e depois da ocorrência de um desastre. E sobre a atenção especial que deve se ter em conta com os grupos vulneráveis durante os processos de evacuação da comunidade e na criação dos centros de acomodação, isto no caso de cheias. Em caso de secas, somos ensinados também como dar primazia aos grupos vulneráveis, como crianças, idosos e mulheres grávidas que precisam um pouco mais de nutrição se comparado aos restantes da família e como conservar as verduras secas para os tempos mais difíceis”.

Embora a composição dos Comités seja voluntária e homogênea, na maior parte da área de estudo, ela é preenchida por mulheres. Achamos que isto deriva do facto de ser uma actividade não remunerada, o que faz com que os homens praticamente não adiram. E em quase todos os grupos, todos mesmo, os homens ocupam posições que culturalmente lhes são favoráveis, sendo ele o Coordenador do grupo, e o responsável pela rádio.

Contudo, no cômputo geral, segundo os entrevistados “(...) as comunidades têm uma forte ligação com as Instituições que lidam com as matérias sobre desastres e a sua relação com o género.” No entanto, o que dificulta a implementação plena da integração do Género em todos os trabalhos são os

factores sócio culturais que continuam discriminando as mulheres em detrimento dos homens. O projecto DRARP muito tem contribuído para reduzir o gap existente de participação equitativa de homens e mulheres na implementação de projectos.

Para o CLGRC, “(...) neste processo de aviso prévio, os meios de comunicação como rádio e televisão, bem como as rádios comunitárias nas zonas mais rurais, também assumem um papel preponderante na transmissão de informação, tanto em português assim como na língua local”.

No entanto, neste processo, as mulheres entrevistadas apresentaram alguns desafios ligados a questão de acesso a informação. Apesar da mesma passar na língua local que é a conhecida por todos, elas enfrentam dificuldades relacionadas com questões culturais e responsabilidades femeninas pois no momento para escutar a rádio muitas estão preocupadas com os afazeres domésticos e os parceiros por motivos históricos muitas vezes não passam as informações para as parceiras por não acharem relevantes uma vez que ele é o chefe da família e tem tudo sob seu controlo. Contudo, o trabalho que desempenham nos CLGRC tem ajudado a ter informação dentro do tempo necessário para tomar as devidas medidas de precaução.

Pergunta de pesquisa 6: E como é que a inovação tecnológica trazida pelo projecto DRARP têm ajudado a diminuir os efeitos da seca?

A inovação tecnológica permite que as famílias e a comunidade melhorem as suas práticas de adaptação e utilização de recursos existentes, moldando seus hábitos e comportamentos em resposta às pressões ambientais actuais, incluindo os impactos induzidos pelas mudanças climáticas e pelos desastres. Assim, considera-se que o uso de insumos agrícolas modernos e serviços de extensão agrícola são identificados como importantes para melhorar as práticas de gestão do solo e da água aumentando a produtividade agrícola.

Os dados da pesquisa mostram que o número de famílias que estavam usando variedades de sementes melhoradas, fertilizantes químicos inorgânicos e a tecnologia de sementeira em linha foi superior em comparação com outras tecnologias agrícolas e insumos. Para a Província de Maputo, a maioria das comunidades entrevistadas referiram ter usado variedades melhoradas de sementes, fertilizantes químicos e tecnologia de cultivo modernas. No entanto, o custo para pôr em prática e a manutenção dessas técnicas é caro para as comunidades, em especial quando a colheita não é a desejável.

Estas práticas modernas apesar de serem boas, muitas vezes não estão acessíveis para as mulheres e outros grupos vulneráveis devido ao poder de compra destes.

No caso da implementação do projecto DRARP, até ao momento, da análise feita, as famílias apontaram ter havido melhorias, resultado dos reservatórios escavados que têm ajudado na retenção da

pouca água que cai das chuvas na época chuvosa ajudando tanto para o uso das famílias assim como para o abeberamento do gado, reduzindo a carga das mulheres em andar longas distâncias para procurar este precioso líquido. Igualmente, através dos reservatórios e a água que porventura alguns deles conseguiram reter, as comunidades fizeram hortas que tem ajudado na diversificação da dieta alimentar.

Contudo, é questionável a sustentabilidade do projecto a longo prazo, uma vez que não se têm certeza se a médio ou longo prazo as famílias conseguirão continuar a implementar algumas práticas de gestão do solo e da água, tais como a construção de canais de drenagem de água, plantio e replantio de árvores, bem como de arbustos para o gado.

Pergunta de pesquisa 7: Como a Cooperação Internacional na área de género e desastres naturais tem ajudado na minimização do impacto dos desastres na componente de igualdade de género?

A Dra. Olga Morar, Directora Adjunta para as Zonas Áridas e Semi Áridas, afecta no Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, e trabalhando anteriormente com a componente de Género na gestão de desastres, referiu que através dos acordos internacionais o trabalho da instituição melhorou bastante em muitos aspectos incluindo a questão da integração da componente de género nos planos e programas do Instituto. Esse facto deve-se não só a Cooperação Internacional mas também a crescente preocupação do país para a garantia da segurança de pessoas e bens durante as épocas chuvosas e ciclónicas que a cada ano são mais propensas de ocorrência de algum evento extremo. “(...) o compromisso do Governo para o cumprimento das diversas convenções e tratados ratificados a nível internacional e a descentralização desses compromissos a nível de todos os sectores governamentais permitiu que com mais clareza o país pudesse experimentar situações de sucesso na gestão dos desastres facto que é testemunhado pela diminuição de perdas de vidas humanas ao longo dos tempos”.

No entanto, quando se fala da junção dos termos desastres e género, apesar da existência de instrumentos claros e diretrizes também claras sobre a integração do segundo aspecto no primeiro, debate-se com alguns obstáculos ligados às fraquezas técnicas a nível institucional, barreiras culturais e pessoais, onde a nível institucional aparentemente as pessoas sabem da importância do assunto mas quando chega o momento da implementação torna-se difícil pôr em prática, e a nível das comunidades, o modelo patriarcal de vida ainda não permite que as comunidades estejam recetivas a muitas mudanças. E esta é uma preocupação crescente da Instituição e faz parte da monitoria que deveria prestar sobre o trabalho tanto a nível nacional assim como internacional, e há um esforço interno para cumprir as metas que o país se propôs a alcançar.

Na mesma senda, ainda referiu que “(...) há que realçar que a Cooperação Internacional na área de desastres permitiu que o país lograsse grandes sucessos na gestão dos mesmos, quer em termos de obtenção de recursos através dos parceiros de cooperação, quer em termos de troca de experiência com outros países que lidam com os mesmos problemas bem como através da capacitação técnica para aprendizado e recolha de boas práticas para aplicação no país. A integração dos assuntos de género nos desastres tem sido uma crescente preocupação a nível da Instituição porque no final do dia o que se vê no campo é que as mulheres tornam-se as maiores vítimas dos desastres por diversos motivos, então, há essa necessidade de capacitar esta mulher para melhor se adaptar, responder e reconstruir-se depois da ocorrência de um desastre”.

Ademais, a nível do INGD, em particular na Direção das Zonas Áridas e Semi Áridas, como resultado da Cooperação Internacional realizada sobretudo na componente de troca de experiências com outros países que vivem o mesmo em tempos de seca, permitiu reunir muito conhecimento de como ajudar as comunidades a sobreviverem com o tipo de vegetação própria dessas regiões. Igualmente, uma das componentes mais importantes nas capacitações dadas a comunidade olha de forma especial ao contributo das mulheres uma vez que são elas as responsáveis pela sobrevivência alimentar da família, bem como pela colecta de água. “(...) os desafios existem, contudo, os acordos que Moçambique ratificou permitem fazer algum trabalho nesta área em particular pela necessidade de prestação de contas aos parceiros de cooperação”.

CAPÍTULO VI

6. INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos as principais constatações ou resultados decorrentes do disposto na fundamentação teórica e o seu casamento com o trabalho de campo.

Do trabalho de campo realizado, e de acordo com as principais áreas apresentadas no capítulo anterior, os resultados são muito consistentes com a teoria de Stiftung ¹²³ que defende que os efeitos das mudanças climáticas e os desastres afectam homens e mulheres de forma diferenciada de acordo com o conhecimento e contextos onde os mesmos acontecem. E ainda segundo Goh¹²⁴, que advoga que tanto homens como mulheres são susceptíveis a ter impactos nos seus bens e seu bem-estar como resultado da ocorrência dos eventos da natureza, afectando as dinâmicas de Género estabelecidas em determinada comunidade.

Nas áreas de estudo, das constatações verificadas no campo e olhando para os fundamentos teóricos, as mulheres possuem uma afinidade especial com o meio ambiente decorrente da sua responsabilidade de reprodução e de cuidadora, o que faz com que os eventos extremos da natureza representem uma ameaça para si, como resultado das suas actividades quotidianas que a fazem ficar mais perto da natureza do que os homens (por exemplo: colecta de água, lenha, medicamentos tradicionais) (Hernandez 2010¹²⁵).

Na cidade de Maputo por exemplo, as mulheres relataram possuir certas desvantagens em termos de assistência alimentar, em particular no período da distribuição de alimentos e recuperar-se mais devagar em termos de reconstrução de sua residência se comparado aos homens, e nos casos dos homens com dois agregados familiares, quando há inundação algumas mulheres relataram que seus maridos abandonam a casa para viver em casa da outra família que não esteja passando por tal situação. E na Província de Maputo, constatou-se que os homens igualmente vivenciam impactos negativos dos desastres, quer seja através da perda de terras¹²⁶ ou impactos negativos ligados a factores psicológicos pelo facto das mulheres invocarem normas culturais que tornam os homens responsáveis pela segurança alimentar das famílias¹²⁷. Igualmente, em tempos de seca, os homens possuem menos

¹²³ STIFTUNG, Heinrich – Böll (2010). Gender and Climate change: Mozambique Case Study by Natasha Ribeiro and Aniceto Chauque. p.34

¹²⁴ GOH, A.H.X. 2012. A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. CAPRI Working Paper No. 106. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/CAPRIWP106>. p. 18

¹²⁵ HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. 2010. "Género e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável". In: Ambiente y Desarrollo, Bogotá (Colombia), Vol. XIV N. 26. p. 21

¹²⁶ QUISUMBING, A., Meinzen-Dick, R., Behrman, J., & Basset, L. (2011). Gender and the global food-price crisis. *Development in Practice*, 21(4/5), 488–492. <http://www.jstor.org/stable/41412975>

¹²⁷ STIFTUNG, Heinrich – Böll (2010). Gender and Climate change: Mozambique Case Study by Natasha Ribeiro and Aniceto Chauque. p. 27-30

energia devido à escassez de alimentos, o que não lhe permite fazer trabalhos árduos que seriam uma alternativa na busca de outras fontes de sobrevivência¹²⁸.

Durante o trabalho de campo, conseguimos notar que muitos dos estudos e pesquisas que exploram a questão de Género e o seu impacto diferenciado entre homens e mulheres em várias áreas, não trazem conclusões inovadoras e são altamente consistentes com a suposição de que os impactos de determinada situação, neste caso os eventos extremos da natureza, tendem a afectar homens e mulheres de forma diferente e que as mulheres quase sempre são as que mais sofrem negativamente em termos de saúde, bens e bem-estar (H1), teoria esta igualmente defendida por Goh 2012.

Esta suposição das mulheres serem consideradas as mais negativamente afectadas, não é apenas resultado das relações de género definidos pela sociedade que ditam as responsabilidades de homens e mulheres dentro de uma comunidade. Ela está também ligada aos papéis que as mulheres desempenham no sector agrícola e de segurança alimentar que são directamente afectados pelos desastres e mudanças climáticas. E os impactos das mudanças climáticas e desastres degradam o ambiente, provocando inundações e terras secas, erosão dos solos, salinização, destruição de infraestruturas entre outros aspectos, sendo que devido a estes papéis das mulheres na família elas são obrigadas a gastar mais tempo para realizar as suas actividades domésticas, tempo esse que seria precioso para os seus estudos e desenvolvimento pessoal. Em muitos contextos a actividade da mulher é um pouco reduzida e as questões de desenvolvimento são programadas como um todo, não olhando para as necessidades de cada sexo.

Mas mesmo diante das entrevistas e observações realizadas no terreno de como os eventos extremos afectam de forma diferenciada em termos físicos, sociais e económicos homens e mulheres, há uma limitação e irregularidade dos impactos que varia em grande medida de acordo com o contexto e dependência da natureza, criticando algumas teorias e autores que olham para diferentes contextos de forma homogénea sem trazer ao de cima que as sociedades possuem formas diferentes de sobrevivência e de resposta aos eventos calamitosos¹²⁹.

No mesmo diapasão, quando se refere à questão de participação de ambos sexos na tomada de decisão sobre os assuntos que dizem respeito à comunidade, em matérias ligadas à gestão e redução do risco de desastres, em muitas áreas as mulheres não participam dos circuitos de tomada de decisão, sendo que para a Província de Maputo, essa diferença é mais clara, não havendo muito espaço para que elas participem de forma mais activa na tomada de decisão de assuntos que afectam directamente suas vidas. Contudo, quando se aproxima ao nível central, na Cidade, o cenário muda um pouco, sendo

¹²⁸ Goh, A.H.X. 2012. A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. CAPRI Working Paper No. 106. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/CAPRIWP106>. p. 17

¹²⁹ *Ibidem*; pp.: 17

mais favorável para a inclusão feminina durante o processo de discussão e tomada de decisão sobre os assuntos da comunidade. Esta constatação vem reforçar a Hipótese 2, que refere que no geral as mulheres são pouco envolvidas nos processos de tomada de decisão na gestão e redução do risco de desastres como resultado da organização social ainda inserido no espírito patriarcal. Há que ressaltar aqui que o facto de não serem incluídas nos processos de tomada de decisão, não estamos a dizer que elas não participam no processo de gestão e redução do risco de desastres, pelo contrário, na altura da implementação das actividades as mulheres estão lá envolvidas, frisando-se aqui a sua participação activa nos Comités Locais de Gestão de Desastres.

No entanto, apesar da observação geral de olhar para as mulheres como o grupo mais afectado negativamente pelos desastres, constatamos com o estudo, que os homens possuem traumas e sofrimentos que derivam das situações calamitosas. Eles também possuem relatos de impactos negativos resultantes dos desastres, sendo um dos grandes impactos o psicológico, uma vez que a perda de extensões de terra, a perda de animais e a drástica diminuição de refeições cria situações de abalo psicológico por ser cabeça da casa e provedor da família, propiciando em alguns casos ao consumo de drogas e álcool como forma de esquecer a pobreza e miséria familiar¹³⁰.

Por outro lado, temos o dilema da migração, que também é considerada um dos impactos negativos dos desastres nos homens que acabam saindo das zonas de origem para outras a procura de melhores condições de vida. Porém, este facto também os coloca em vulnerabilidade devido ao nível de exposição a doenças crónicas como o HIV/SIDA e a tuberculose que acabam transmitindo as mulheres quando voltam para casa durante as férias (quando voltam)¹³¹.

Durante a ocorrência de desastres, a observância dos instrumentos que garantam equidade de género na assistência, resposta e recuperação após desastres ainda continua sendo um grande desafio. A resposta tem olhado o grupo como um todo e a dificuldade de se ter dados desagregados por sexo e idade em relação a população afectada é um factor crucial para a melhoria da resposta na perspectiva de Género. Obviamente que os sectores tem feito esforço para essa desagregação, porém o sistema existente e a desrupção repentina da estrutura social durante a ocorrência do desastre e até pelo menos 72 horas depois não tem permitido grandes avanços nesta área.

Segundo Demetriades e Esplen (2008)¹³², sustentado por Hernandez 2010, as mulheres não podem ser tratadas como um grupo monolítico, quando se fala dos impactos das mudanças climáticas e desastres e sua relação nas dinâmicas do Género. Eles advogam que as mulheres são vistas de forma homogénea

¹³⁰ IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) (2005) - The Guidance Notes on Recovery: Gender. p. 7

¹³¹ STIFTUNG, Heinrich – Böll (2010). Gender and Climate change: Mozambique Case Study by Natasha Ribeiro and Aniceto Chauque. p. 29

¹³² Demetriades, J., and E. Esplen. 2008. The gender dimensions of poverty and climate change adaptation. IDS Bulletin, 39 (4). Available at: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1759-5436.2008.tb00473.x/pdf>. p. 24–31

como as que mais sofrem negativamente pelos desastres, acabam deturpando a verdadeira vulnerabilidade das mesmas e não permitindo ajudas claras, havendo necessidade também de contabilizar as vulnerabilidades masculinas e as contribuições positivas que os homens tem feito para o alcance da igualdade de género nesta esfera de desastres e mudanças climáticas.

Mas existem algumas exceções ao considerado padrão normal de como os desastres impactam as relações de Género. Estas exceções estão ligadas ao contexto, factores culturais, sociais, económicos, políticos e ecológicos e até mesmo institucionais. Para o caso de mulheres que vivem com seus maridos, os desastres não terão um impacto tão negativo se comparado com as mulheres que são chefes do agregado familiar, mulheres solteiras e crianças chefes de família. O mesmo acontece em relação aos homens, os impactos dos desastres não serão tão severos se este tiver uma base sociocultural e económica mais sólida¹³³. O mesmo pode ser aplicado as diferenças de Género, em relação aos desastres, pois por exemplo na Cidade apesar de existir diferenças de Género, os desastres não agravam muito as relações de Género já existente. Entretanto, na Província de Maputo, constata-se de certo modo, uma diferença neste padrão, colocando as mulheres com um fardo maior com resultado dos desastres.

Neste processo de gestão e redução do risco de desastres, os comités Locais a nível local, têm desempenhado um grande papel no trabalho desenvolvido com as comunidades, no entanto, as normas culturais ainda constituem grandes barreiras para a inclusão do componente Género que avalia a participação, os direitos e deveres dos grupos de forma genérica. Entretanto, na entrevista aos Comités fica disfarçado que todos entendem sobre o que significa igualdade de Género, mas voltamos para a confusão do conceito defendida por De Tilio, pois acabamos percebendo que o confundem com dar vantagens as mulheres e crianças, deixando de lado os homens. E esta percepção deturpada do conceito em algum momento não permite grandes avanços por se achar que são acções para dar poder as mulheres.

A ratificação de acordos internacionais nas áreas de Género e de desastres e a criação de instrumentos normativos nacionais nas duas áreas que ajudam na implementação dos acordos internacionais e melhoria do trabalho nacional tem sido uma alavanca bastante forte para que as comunidades compreendam o papel que cada sexo desempenha para o desenvolvimento inclusivo das comunidades. E por via da obrigatoriedade de monitoria internacional dos instrumentos ratificados o país tem alcançado resultados bastante surpreendentes e positivos.

¹³³ IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) (2005) - The Guidance Notes on Recovery: Gender. p. 7

II. CONCLUSÃO

O aumento dos impactos das mudanças climáticas com consequências directas no incremento dos desastres são uma realidade na Cidade e Província de Maputo. Este facto é notório através do aumento de inundações urbanas nas duas Províncias e de secas nos distritos mais distantes das cidades capitais das duas províncias, como resultado da redução dos níveis de precipitação particularmente das zonas áridas e semiáridas e do aumento da ocorrência de ciclones com grande capacidade de destruição e chuvas repentinas que se formam em cada época chuvosa e ciclónica.

Entretanto, nos últimos anos tem sido prioridade do Governo garantir que acções que visam reduzir os impactos das mudanças climáticas e dos desastres sejam implementadas pelos sectores responsáveis por estas áreas, tendo sido neste âmbito, que em 2022, a União Africana, conferiu a Moçambique, o título de Campeão Africano na Gestão de Desastres, como resultado do esforço abnegado e brilhante nesta área de extrema importância para o desenvolvimento de uma nação.

Esta nomeação foi derivada do reconhecimento pelos seus esforços na luta contra os impactos dos desastres e mudanças climáticas, que pode ser testemunhado pela robustez do quadro legal e normativo apresentado no Capítulo IV, que são o suporte do Governo durante a ocorrência de qualquer evento. Mas para além, do reconhecimento a nível de África, há também um grande reconhecimento de Moçambique a nível mundial como gestor de desastres como resultado dos relatórios de monitoria submetidos aos parceiros de cooperação no âmbito dos acordos ratificados que versam sobre as matérias ligadas aos desastres.

Entretanto, a nível da Cidade e Província de Maputo, ainda persistem algumas barreiras culturais e sociais, que não permitem que homens e mulheres possam gozar de seus direitos de forma plena e efectiva durante o processo de gestão de desastres. E através das pesquisas realizadas pelo trabalho foi possível testar positivamente a hipótese 1 do trabalho que advoga que os choques relacionados ao clima, afectam mais negativamente mulheres e crianças se comparado aos homens. Este facto deve-se a construção cultural e papéis sociais que as mulheres desempenham como cuidadora do lar e dos familiares, bem como o reduzido acesso e controle dos recursos, ao facto de terem que percorrer grandes distâncias a procura de água e lenha, podendo sofrer violência sexual e doméstica. Constatou-se igualmente, que as mudanças climáticas e dos desastres, possuem impacto nas dinâmicas de Género, afectando os bens e o bem-estar social e económico de homens e mulheres de forma diferente, de acordo com o grau de vulnerabilidade de cada sexo e do contexto onde ocorre o desastre. Por exemplo, mulheres chefes de agregado familiar tendem a sofrer mais em tempos de reconstrução e de distribuição de assistência humanitária se comparado a famílias com um homem como chefe do agregado familiar.

Por outro lado, apesar da robustez em termos de normas e políticas públicas sobre Género no País e dos acordos assinados na área de desastres, ainda persistem barreiras culturais que não permitem que mulheres participem activamente nos processos de gestão de desastres, comprovando a hipótese 2 do trabalho que defende que mulheres são pouco envolvidas nos processos de tomada de decisão na gestão e redução do risco dos desastres, como resultado da organização social local, característica do Sul de Moçambique.

Comparando a diversa literatura sobre esta matéria e as evidências no terreno, a pesquisa não chegou a conclusões muito inovadoras e são muito consistentes com as hipóteses apresentadas de que as mudanças climáticas e os desastres afectam homens e mulheres de forma diferente dependendo da organização social da comunidade e o seu efeito negativo é influenciado pela estrutura patriarcal na qual estas comunidades de estudo estão inseridas. Todavia estes impactos dependem muito da condição socioeconómica, cultural, infraestrutural e de organização desta mesma comunidade¹³⁴.

A existência de acordos internacionais nas áreas de Género e de Desastres e a criação de instrumentos normativos nacionais nas duas áreas que ajudam na implementação destes acordos internacionais tem sido uma alavanca bastante forte para que as comunidades compreendam o papel que cada sexo desempenha para o desenvolvimento inclusivo de sua comunidade e os resultados desta inclusão tem sido bastante positivo ano após ano.

Igualmente, as instituições que respondem pelas áreas de desastres e mudanças climáticas, tem preconizado na implementação do seu trabalho, o conhecimento das comunidades sobre os benefícios de um trabalho conjunto, entre homens e mulheres, para redução dos impactos das mudanças climáticas e dos desastres.

¹³⁴ GOH, A.H.X. (2012). A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. CAPRi Working Paper No. 106. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/CAPRiWP106>. p.18

III. BIBLIOGRAFIA E APÊNDICE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACSELRAD, H. et al. (2008). *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond
2. ALCÁNTARA – AYALA, I. (2002). Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. *Geomorphology*
3. BROWN, C. & K. Ainley. (2012). *Compreender as relações internacionais*. Gradiva, Portugal
4. BUNDRIT, G. and Mavume, A. (2009). Main report: INGC Climate Change Report: Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique. [Asante, K., Brito, R., Brundrit, G., Epstein, P., Fernandes, A., Marques, M.R., Mavume, A., Metzger, M., Patt, A., Queface, A., Sanchez del Valle, R., Tadross, M., Brito, R. (eds.)]. INGC, Mozambique
5. CASIMIRO, I. M. & A. N. De Souto. (2010). *Empoderamento económico da mulher, Movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. CIEDIMA, SARL, Maputo
6. CHANT, S. and Gutmann, M.C. (2005). 'Men-streaming' gender? Questions for gender and development policy in the twenty-first century. In *the Anthropology of Development and Globalization: From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism*. Oxford: Blackwell.
7. CHIARA, Ivone Guerreiro Di. et al. (2008). *Normas de documentação aplicadas à área de Saúde*. Rio de Janeiro: E-papers
8. DEMETRIADES, J., and E. Esplen. (2008). The gender dimensions of poverty and climate change adaptation. *IDS Bulletin*, 39 (4): 24–31. Available at: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1759-5436.2008.tb00473.x/pdf>
9. DE TILIO, Rafael, (2014). *Teorias de género: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas*, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, E-mail: rafaeldetilio.ufm@gmail.com
10. GOH, A.H.X. (2012). A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. CAPRI Working Paper No. 106. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute. <http://dx.doi.org/10.2499/CAPRIWP106>
11. HERNÁNDEZ, Carmen Osorio (2010). "Género e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável". In: *Ambiente y Desarrollo*, Bogotá (Colombia), Vol. XIV N. 26.
12. MALHOTA, N. (2004). *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada* (4ª Edição) São Paulo: Bookman.

13. MARCHEZINI, V (2014). La producción silenciada de los “desastres naturales” en catástrofes sociales. *Revista Mexicana de Sociología*, Cidade do México.
14. MARCHEZINI, Victor (2018). As ciências sociais nos desastres : um campo de pesquisa em construção, acesso 05 de Setembro de 2020.
15. MOURO, Higor Henrique (2017). Género e Ambiente: Reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental - Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos.
16. INGC. (2009). Synthesis report. INGC Climate Change Report: Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique. [Van Logchem B and Brito R (ed.)]. INGC, Mozambique.
17. IRP & UNPD (International Recovery Platform and United Nations Development Programme India) (2005) - The Guidance Notes on Recovery: Gender.
18. SILVA, Julia P., Samora, Patricia R. (2019). O papel da mulher na prevenção de desastres ambientais: Experiências internacionais e sua aplicabilidade ao contexto brasileiro. Anais XVIII ENANPUR 2019. <http://anpur.org.br/xviii/anpur/anais>.
19. STIFTUNG, Heinrich – Böll (2010). Gender and Climate change: Mozambique Case Study by Natasha Ribeiro and Aniceto Chauúque.
20. TADDEI, Renzo. (2016). Os desastres em uma perspectiva antropológica, publicado em 10 de Marco de 2016 e acessado em 25 de Junho de 2020.
21. TOMINAGA, L., Santoro, J., Amaral, R. (2009). Desastres: conhecer para prevenir – São Paulo - Instituto Geológico.
22. UN-ISDR - International Strategy for Disaster Reduction (2009). Terminology on Disaster Risk Reduction. Disponível em <http://www.unisdr.org>.
23. UNISDR, UNDP and IUCN (2009). Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines, Geneva, Switzerland, June 2009.

PLANOS ESTRATÉGICOS DOS SECTORES

1. MICOA: Ministério para a Coordenação da Acção ambiental (2013). Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (ENAMMC 2013 - 2025).
2. MGCAS: Ministério do Género, Criança e Acção Social (2016) - Perfil de Género de Moçambique: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/perfil_de_género_de_mocambique.pdf.
3. INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2016). Plano Estratégico de Género do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2016 – 2020). A caminho das Mudanças nas Relações de Género. Moçambique.

4. INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Quadro de Indicadores para a Redução do Risco de Desastres 2017 – 2030, Aprovado pela 1ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 23 de Outubro de 2017.
5. INGC: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2017). Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 17 de Outubro de 2017.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

1. INE: Instituto Nacional de Estatística (2020) _ Indicadores Básicos de Agricultura e Alimentação 2015-2019. <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/indicadores-basicos-de-agricultura-e-alimentacao-1>
2. INGD https://www.ingd.gov.mz/?page_id=3068
3. RNV (2020), Relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o nosso compromisso com Desenvolvimento Sustentável para todos. Governo de Moçambique.
4. THE WORLD BANK. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de igualdade de género e desenvolvimento http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105_1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf

OUTRAS FONTES

1. Leis de Resposta a Desastres de Dimensão Internacional (IDRL) em Moçambique 2012 - Uma análise da preparação legal de Moçambique para a regulamentação de questões relacionadas com operações internacionais de resposta a desastres

ANEXOS



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Assunto: Carta de pedido de realização de entrevistas ao INGD

Eu Marta Silêsia Arnaldo Pedro, filha de Arnaldo Pedro Manuel e Rostina Alberto Manhiça Manuel, natural de Maputo, Província de Maputo, portadora do BI nº110100569936M, emitido em 25 Outubro de 2018.

Actualmente frequentando o curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, e a desenvolver a Tese para obtenção do grau de mestrado.

O tema de estudo **Desastres em Moçambique: Uma análise do impacto dos eventos extremos da natureza nas dinâmicas de Género na Cidade e Província de Maputo entre 2015 – 2020** incide sobre a análise dos impactos causados pelos desastres nas relações de Género em particular na região sul do país, nas áreas com eventos recorrentes de seca.

Assim, venho por este meio solicitar a melhor compreensão de V. Excia, para autorizar a realização de entrevistas aos Comités Locais da Província pelo menos (02), cujo principal objectivo será o aprofundamento de algumas questões em relação as matérias a serem tratadas no estudo.

As entrevistas serão realizadas aos membros dos Comités Locais de Gestão de Calamidades, segundo a indicação de V. Excia e a alguns líderes comunitários das zonas onde serão entrevistados os comités.

Pelo conhecimento e experiência que estes grupos alvos possuem acerca da realidade em estudo, o contributo deles será crítico para a prossecução deste trabalho pelo que, desde já agradeço a colaboração do INGD para a realização do trabalho de campo.

Sem mais assunto, apresento os meus melhores cumprimentos e aguardarei ansiosamente pela resposta.

Marta Pedro Phiri



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

FICHA DE ENTREVISTA

Nome do entrevistado	Localidade	Género	Data

1. Tipo de Desastre da região

a) Inundações b) Seca c) Ciclones d) Sismos

f) Outros tipos de desastres: _____

2. Perguntas de Escala

3. Na sua visão os desastres têm aumentado de forma exponencial nos últimos anos

Género	Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem

4. Quando um Desastre acontece, na sua perspectiva quem sofre mais?

Opções	Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem
Mulheres						
Homens						
Crianças						

5. O trabalho doméstico feito pelas mulheres e o trabalho de sustento da casa dos homens, tornou se mais difícil de realizar ou tudo continua da mesma forma como sempre viveram?

Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem

6. Os Comités Locais de Gestão de Calamidades durante o seu trabalho falam das matérias inscritas no quadro abaixo?

	Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem
Género						
AMC						
RRD						

7. Conhece as instituições governamentais que implementam actividades de adaptação as mudanças climáticas e redução do risco de desastres?

Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem

8. Já ouviu falar de Aviso Prévio e novas tecnologias para melhorar a agricultura?

Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem

9. Acha que os factores sócio culturais influenciam para as mulheres não serem ouvidas ou tomarem decisão sobre os assuntos da comunidade

Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem

10. As mulheres podem ter acesso e controlo dos recursos como casa, machambas entre outros bens da família?

Género	Discordo	Discordo Plenamente	Neutro	Concordo	Concordo Plenamente	Percentagem



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

FICHA DE ENTREVISTA DOS CLGRC

Nome do entrevistado	Localidade	Género	Data

1. Aqui na comunidade como é que está dividido o trabalho entre homens e mulheres? Quando cada um acorda de manhã quais são as actividades exercidas durante o dia?
2. E estas actividades sempre foram realizadas desta maneira ou mudaram ao longo do tempo?
3. Acha que homens e mulheres podem sofrer de impactos diferentes das Mudanças Climáticas e dos Desastres? Se sim pode descrever de que forma pode ser este impacto?
4. Quais são os factores que influenciam para que homens e mulheres sintam os impactos dos Desastres de formas diferentes?
5. Quando se trata da questão de acesso e controlo dos recursos da comunidade, quem vela por tudo que acontece na comunidade e na família? As mulheres têm machambas aqui e casa?
6. No tempo da seca como é feita a gestão familiar?
7. Como é que as instituições têm ajudado na implementação das medidas de adaptação as mudanças climáticas e desastres. E a comunidade sente que as questões de Género são levadas em consideração?
8. Qual é o impacto que sente da implementação do Projecto DRARP?
9. Sabem o que é Aviso Prévio. E qual sua importância para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e desastres. No vosso entendimento ele olha para as diferenças entre homens e mulheres?

10. Qual têm sido a importância do aviso prévio para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e desastres?
11. Uma das abordagens do projecto é a inclusão dos grupos vulneráveis nas actividades como forma de não deixar ninguém para trás. Na sua óptica esse projecto tem trago benefícios a comunidade?
12. E como é que a inovação tecnológica trazida pelo projecto DRARP têm ajudado a diminuir os efeitos da seca?
13. Como a Cooperação Internacional na área de género e desastres naturais tem ajudado na minimização do impacto dos desastres na componente de igualdade de género?



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

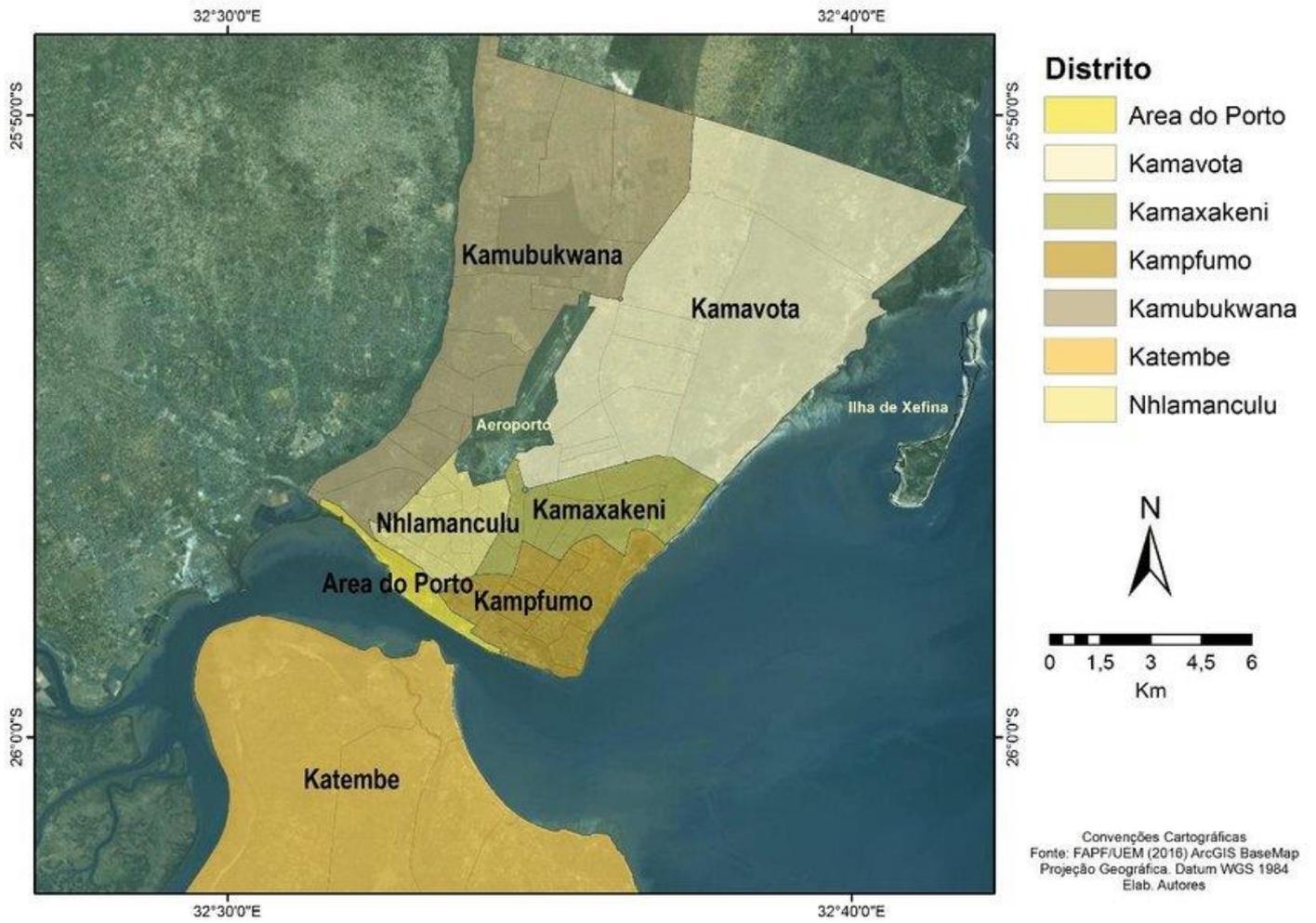
**FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

FICHA DE ENTREVISTA INGC

Nome do entrevistado	Localidade	Género	Data

1. A instituição como lida com as questões de género e desastres no seu trabalho?
2. Existe algum documento que regula o mesmo?
3. Como as comunidades encaram a questão de género na prevenção e mitigação dos desastres?
4. Quais são os factores que influenciam para que homens e mulheres sintam os impactos dos Desastres de formas diferentes?
5. Qual é o impacto que sente da implementação do Projecto DRARP?
6. Uma das abordagens do projecto é a inclusão dos grupos vulneráveis nas actividades como forma de não deixar ninguém para traz. Na sua óptica esse projecto tem trago benefícios a comunidade?
7. E como é que a inovação tecnológica trazida pelo projecto DRARP têm ajudado a diminuir os efeitos da seca?
8. Como a Cooperação Internacional na área de género e desastres naturais tem ajudado na minimização do impacto dos desastres na componente de igualdade de género?

1.1. Mapa da Cidade de Maputo



Fonte: Acessado em <https://www.cmaputo.gov.mz/por>

1.3. Ilustrações das entrevistas



Comité Local de Gestão de Calamidades da Cidade de Maputo - Bairro George Dimitrov



Comité Local de Gestão de Calamidades de Djabula - Província de Maputo